

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

EVERALDO LORENSETTI

**A RELAÇÃO DA DINÂMICA POPULACIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
COM A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E APROPRIAÇÃO DA TERRA**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
JUNHO - 2017

EVERALDO LORENSETTI

**A RELAÇÃO DA DINÂMICA POPULACIONAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND
COM A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E APROPRIAÇÃO DA TERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
JUNHO - 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

L868r Lorenssetti, Everaldo
A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com a modernização da agricultura e apropriação da terra / Everaldo Lorenssetti. – Marechal Cândido Rondon, 2017. 107 f

Orientador: Prof. Dr João Edmilson Fabrini

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.

1. Assis Chateaubriand - População. 2. Assis Chateaubriand – História. 3. Agricultura. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título.

CDD 22.ed. 304.6098162

981.62

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

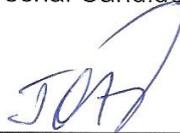
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

EVERALDO LORENSETTI

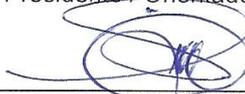
"A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com a
modernização da agricultura e apropriação da terra"

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

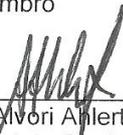
Marechal Cândido Rondon, PR, 29 de junho de 2017.



Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidente / Orientador



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira
Universidade Federal de Tocantins
Membro



Prof. Dr. Alvorci Anlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

Dedico esta dissertação a meus familiares, pessoas que a todo tempo estiveram apoiando-me para o cumprimento de cada etapa desta pesquisa.

Em especial, à minha esposa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Às pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, por cada conteúdo ministrado e colaborações ao tema da dissertação.

Aos professores Tarcísio Vanderline e Alвори Ahlert, pela contribuição na qualificação deste trabalho.

Ao Professor João Edmilson Fabrini, pelo irrestrito empenho e valiosa orientação acerca dos temas abordados neste trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	10
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
INTRODUÇÃO	13
1. A TERRA E O HOMEM: AS CONEXÕES EXISTENTES E AS DESIGUALDADES GERADAS A PARTIR DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA	19
1.1 A posse da terra no Brasil	21
1.2 As disputas pela terra no Paraná	29
2. ASSIS CHATEAUBRIAND: DA APROPRIAÇÃO DA TERRA À FORMAÇÃO DE SUA POPULAÇÃO	33
2.1 A dinâmica populacional de Assis Chateaubriand no contexto de sua colonização e emancipação	45
2.2 A CNP e a formação da identidade híbrida da população de Assis Chateaubriand	67
2.3 Da questão da terra às condições de permanência da população	73
3. A SAÍDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	97
ANEXOS	102

LORENSETTI, Everaldo (M. Sc.). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho de 2017. **A relação da dinâmica populacional de Assis Chateaubriand com a modernização da agricultura e apropriação da terra.** Orientador: Professor Dr. João Edmilson Fabrini.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender a dinâmica populacional do município de Assis Chateaubriand, situado no Oeste do Estado do Paraná, considerando a apropriação da terra e a modernização da agricultura. A criação do município de Assis Chateaubriand em 1966 e as notícias veiculadas nacionalmente, pelos instrumentos de mídia do Jornalista que deu o nome à cidade, atraíram migrantes das mais diversas partes do país em busca de terra e trabalho. A chegada de migrantes fez com que a população do município, no censo de 1970, aparecesse como a oitava maior do Paraná, quatro anos após a emancipação municipal. Mas a permanência dessa população migrante no município não ocorreu em vista das dificuldades de acesso à terra, num primeiro momento, e posteriormente, ao processo de modernização da agricultura. Nesse sentido, houve uma expulsão e expropriação de muitas famílias agricultoras, as quais migraram para outras regiões do Brasil, bem como para centros urbanos e industrializados, registrando na história do recém-criado município, um dos maiores eventos de retirada populacional do campo.

Palavras chave: Assis Chateaubriand, Dinâmica populacional, Apropriação da terra, Modernização da Agricultura.

LORENSETTI, Everaldo (M. Sc.). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho de 2017. **The relationship of Assis Chateaubriand's population dynamics with the modernization of agriculture and earth appropriation.** Orientador: Professor Dr. João Edmilson Fabrini.

ABSTRACT

This research looks for comprehend the population dynamics of the Assis Chateaubriand city, located in the West of the State of Paraná, considering the land tenure and the modernization of agriculture. The creation of the Assis Chateaubriand city, in 1966, and the news broadcast nationally by Journalist's communication tools, that gave the name to the city, they attracted migrants from all over the country in search of land and work. The arrival of migrants made the population of the city appears as the eighth largest in Paraná, in the 1970 census, four years after the emancipation of the city. But the permanence of the migrant population in the city did not occur in view of the difficulties of access to land, in the first moment and in the process of agriculture's modernization. In this sense, it had an expulsion and expropriation of many families that migrated to other regions of Brazil, as well as to urban and industrialized centers, what registered in the history of the freshly created city, one of the largest events of populational withdrawal.

Key-words: Assis Chateaubriand, Population dynamics, Land tenure, Modernization of agriculture.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - Assis Chateaubriand em construção em meio à mata, no início da década de 1960
- FIGURA 2 - Distribuição dos posseiros nos Estados brasileiros de 1980/1981
- FIGURA 3 - Municípios brasileiros com registros de conflitos sobre a terra 1985/1986
- FIGURA 4 - Regiões origem dos migrantes de Assis Chateaubriand
- FIGURA 5 - Protocolo da Assembleia Legislativa
- FIGURA 6 - Telegrama de confirmação da vinda do jornalista para cerimônia de emancipação do município
- FIGURA 7 - Assis Chateaubriand após sua emancipação na década de 1960
- FIGURA 8 - A Igreja e a Cuia de Chimarrão
- FIGURA 9 - Desfile cívico em Assis Chateaubriand - 1970
- FIGURA 10 - Mudança do campo para a cidade ou outras localidades

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNP	- Colonizadora Norte do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PR	- Paraná
FETAEP	- Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População de Assis Chateaubriand

TABELA 2 - População Brasileira e Chateaubriandense de 1970 a 2010

TABELA 3 - Aumento da população urbana

TABELA 4 - População urbana nas regiões do Brasil

TABELA 5 - Atividades econômicas na atualidade

TABELA 6 - Área colhida, produção e rendimento das culturas temporárias

TABELA 7 - Pecuária e Aves

TABELA 8 - Números de estabelecimentos agropecuários

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1 - Conhecimento sobre a existência de conflitos acerca da terra em Assis Chateaubriand

GRÁFICO 2 - Municípios mais populosos do Paraná - 1970

GRÁFICO 3 - Motivos da saída da população

GRAFICO 4 - Ano de chegada dos depoentes em Assis

GRÁFICO 5 - Motivos da vinda para Assis Chateaubriand

INTRODUÇÃO

A partir da criação do município de Assis Chateaubriand no final da década de 1960, verificou-se a ocorrência da migração de grande número de pessoas para essa localidade do Oeste Paranaense, o que se desdobrou num rápido crescimento de sua população. Segundo o censo demográfico do IBGE realizado em 1970, Assis Chateaubriand constava dentre os oito maiores municípios do Paraná em termos populacionais.

A busca pela melhoria das condições de vida, através da aquisição de uma porção das novas terras, se mostrava o motivo impulsionador da partida de muitos, de diversas regiões do país, em direção à localidade nascente e possuidora de "terras roxas e férteis" em superfícies planas, consideradas excelentes para o plantio de produtos agrícolas.

Assis Chateaubriand se constituiu num dos locais que recebera as chamadas "ondas migratórias" que, de acordo com Crestani (2012), tratam-se de eventos nos quais muitas pessoas buscavam fugir de alguma situação de dificuldade vivida em seus locais originários, tentando melhorar sua condição de vida.

A formação da fronteira agrícola no Oeste trata-se de uma onda migratória oriunda de outros Estados e cidades. Em muitos casos, os migrantes buscavam fugir de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito, da exiguidade das terras em face da "libertação" da mão-de obra. (CRESTANI, 2012, p.41)

Tal fenômeno migratório veio contribuir para que o território de Assis viesse a ser, em menos de 10 anos, um dos mais populosos do Paraná. E é notório que as pessoas que migraram para compor a população de Assis o fizeram na expectativa de poder possuir terra, e oportunidades, para viverem por meio do que poderiam produzir.

Desta forma, este trabalho buscou analisar o movimento ocorrido com a população local sob a ótica dos fenômenos sociais, pois eles,

[...] marcam as necessidades dos grupos populacionais em locomover-se e suas motivações, que muitas vezes são geradas externamente a elas. Assim, as pessoas não podem ser contadas, aritmeticamente, como soma de indivíduos isolados, pois as atividades humanas se dão no interior de formas sociais específicas, e apenas a análise quantitativa, não dá conta da complexidade dos fenômenos sociais. (LIMA, 2009, p. 14)

Para além dos números populacionais registrados sobre Assis, este trabalho também procura compreender o plano de fundo que, no início do território chateaubriandense, estava determinando que muitas pessoas migrassem, deixando suas localidades de origem para tentar a vida em novas terras, as quais pareciam ser promissoras.

Dessa forma e, de acordo com Damiani (2004, p.61), que menciona que "o fenômeno do povoamento não pode ser compreendido sem as migrações", esta pesquisa busca entender a dinâmica populacional de Assis por meio dos eventos motivadores de chegada e saída.

Se, contudo, no início da formação do território do município houve um grande número de migrantes, após alguns anos de sua criação, isto é, a partir de meados da década de 1970 e até o final da década de 1980, a população de Assis Chateaubriand veio a passar por um processo de redução. Atualmente, resulta em cerca de 1/4 da população que fora recenseada logo após a emancipação do município. Em estimativa do IBGE, para meados da década de 1970, apontava-se que a população chateaubriandense chegaria a ser em torno de 113 mil habitantes¹.

TABELA 1 - População de Assis Chateaubriand

1970	1975
78.600	113.000*

Fonte IBGE (1970)

* Estimativa oficial

Muitas foram as dificuldades encontradas pela maioria das pessoas que chegavam a Assis, as quais se constituíram nos motivos que levaram grande parte delas irem para outras regiões, a partir de meados de 1970, ocorrendo, assim, um processo migratório de saída da população.

¹ Informação constante em: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1976, p. 109 - Estimativa populacional de Assis Chateaubriand 1975 /76.

Os motivos da saída de muitos está no fato de não encontrarem as condições necessárias para sua subsistência, sobretudo por não obterem o que seria o objeto da maior atração dos muitos que chegavam em Assis: a terra.

O fato de a maioria ter sido excluída das possibilidades de acessar a posse da terra se constitui num fator importante de expulsão, porém não o único motivo para o entendimento do "esvaziamento" populacional do município de Assis. Fatores ligados à forma de trabalho com as terras, oriundos da modernização da agricultura, também são elementos importantes para o quadro da compreensão buscada por este trabalho, acerca da dinâmica populacional em Assis Chateaubriand.

O advento da modernização da agricultura, nos moldes da Revolução Verde², dando o seu tom às terras de Assis a partir de 1970, ocasionou mudanças não somente nas formas de trabalho, mas também no estilo de vida daqueles que, em sua maioria desprovidos de posses, vieram perder sua utilidade no campo pela entrada dos equipamentos da modernização. Tais maquinários, que substituíam o trabalho braçal e as formas simples de cultivo, eliminavam, em muitos casos, não somente o trabalho de muitos sem terra, mas também a possibilidade dos pequenos produtores de permanecerem no campo, devido ao alto custo que as mudanças em implementação exigiam.

A falta de possibilidade de acesso à terra, ou a exclusão da sua posse a que a maioria da população inicial de Assis veio sofrer, isto é, pela não condição de compra das mesmas, somado às transformações capitalistas impostas ao campo, são os fatos verificados por este trabalho que, em consequência, demonstram ser os elementos motivadores da tão grande debandada de famílias de Assis a partir de meados da década de 1970. Tais famílias eram as excluídas do processo de acumulação de capital que contribuía para a geração de alguns novos ricos e proprietários de grandes posses, em detrimento da maioria dos que buscavam condições de subsistência no município.

² "As inovações tecnológicas na agricultura para a obtenção de maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo que aumentassem a produtividade, ficou denominada de Revolução Verde". Conforme: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>. Acesso em 23.02.2017

O viés de raciocínio verificado através deste trabalho é desenvolvido, primeiramente, pelo levantamento histórico de informações sobre a exclusão no tocante a posse da terra que se fez presente desde o início da formação do território brasileiro, na formação do Estado do Paraná e chegando, inclusive, ao município de Assis Chateaubriand. Nessa perspectiva, conflitos e lutas acerca da posse das terras, sobretudo pela especulação e preço a elas atribuídas na ótica capitalista de sua apropriação, são elementos que teriam contribuído para gerar, desde o início do município, as desigualdades de condições entre os que poderiam ser os beneficiários das terras de Assis, a saber, as pessoas que migravam para a nova localidade.

Esta pesquisa também busca verificar os efeitos das transformações capitalistas que influenciaram a maneira de trabalhar com as terras, isto é, pela implementação da modernização da agricultura, a qual fez ocorrer a extinção de muitos postos de trabalho daquelas pessoas que não possuíam posses. Tais efeitos da modernização não atingiram somente os que não possuíam terras, mas também aqueles que as tinham em pequenas quantidades.

No caso específico de Assis Chateaubriand, a modernização começou a ocorrer a partir da década de 1970 e levou muitos a ficarem sem a terra e, conseqüentemente, trabalho e condições necessárias para sua permanência no município.

Ademais das abordagens teóricas sobre a posse da terra e a modernização da agricultura, para a obtenção dos dados empíricos que fundamentam este trabalho, foi realizado um questionário com treze pioneiros de Assis Chateaubriand, os quais ainda vivem na cidade, a partir de 1959. Dos entrevistados, alguns são proprietários de terras desde sua chegada em Assis, outros adquiriram posses de terras após alguns anos de sua chegada, e há aqueles, também, que exercem trabalhos no comércio da cidade sem possuírem terras. O direcionamento das questões elaboradas foi na perspectiva de se conhecer os motivos da vinda das pessoas para o município, bem como os motivos, a partir da visão dos pioneiros, que levaram a maioria da população a migrar após passarem por Assis.

Além desse direcionamento, as questões também buscaram formar uma visão panorâmica histórica do município, ademais das intenções dos que

vinham para viver em Assis, a questão da posse da terra, e os trabalhos desenvolvidos na localidade.

Com as entrevistas buscou-se compreender, pela visão dos que viveram a história local desde o início, a corroboração das hipóteses que aqui se apresentam acerca da não permanência dos muitos moradores chateaubriandenses. Tais hipóteses vão na direção de que pela exclusão sofrida por muitos, no tocante à posse da terra e, mais à frente, pelos efeitos da implantação da modernização da agricultura, houve uma expulsão de muitas famílias, as quais migraram para outras regiões do país na busca de subsistência.

Portanto, o que está abordado neste trabalho trata-se de uma pesquisa sobre a dinâmica populacional de Assis Chateaubriand numa perspectiva qualitativa e também quantitativa. No que diz respeito a ser qualitativa, se dá pelo aspecto das intenções de posse da terra e demais necessidades que levaram muitos a migrar e compor a população do município, bem como os motivos que levaram a saída da maioria num novo processo migratório, pouco tempo após a chegada. No aspecto quantitativo, o objetivo é buscar apontar os números populacionais do município que nascera já sendo um dos maiores do PR, em termos populacionais, devido à migração ocorrida, e também os números da saída da população a partir da década de 1970.

O entendimento alcançado por meio da presente pesquisa, assim sendo, é a constatação dos fatos que levaram ao grande fluxo e ao posterior refluxo populacional de Assis Chateaubriand, cujos eventos mostram estar ligados às formas excludentes de apropriação das terras locais e às transformações no campo decorrentes da modernização da agricultura.

O que parecia ser um lugar de oportunidades para muitos, pela posse das terras e subsistência com as mesmas, tornou-se frustração, pois os fatos ocorridos em Assis Chateaubriand apontam que tais oportunidades não foram possíveis a todos que expressavam boas intenções e esperança de desenvolvimento no município. Como consequência, a maioria da população veio a se retirar para tentar, novamente e em outra região, o que buscavam quando vieram para o município criado.

Assim, no primeiro capítulo, será tratado o tema sobre a posse da terra, passando pela verificação dos exemplos ocorridos no Brasil e no Estado do

Paraná, onde se pode verificar a presença constante, na formação dos territórios, de questões e disputas acerca do pertencimento da terra. Tais disputas contribuíram por gerar, em cada local que será destacado a seguir, inúmeros eventos de violentas lutas, expulsões e expropriações sobre o que deveria ser considerado elemento fundamental para o desenvolvimento de todas as pessoas em um território.

No segundo capítulo será apresentada a discussão do caso específico de Assis Chateaubriand, elemento central deste trabalho, onde também se constatou a existência de questões relativas à posse da terra e disputas sobre o seu pertencimento, na época da formação territorial do município. Portanto, procurou-se evidenciar que a apropriação desigual e concentrada da terra, não permitiu a permanência dos migrantes em Assis.

Além da questão da apropriação da terra, outro eixo de importante discussão foi sobre a modernização da agricultura, considerado um dos motivos principais que demandaram o refluxo populacional em Assis. Nesse capítulo também serão apresentados números e aspectos gerais sobre a formação da população chateaubriandense, bem como os resultados da pesquisa de campo realizada para o entendimento da dinâmica populacional ocorrida no município.

E, por fim, num terceiro capítulo, serão detalhados os motivos constatados pelo levantamento desta pesquisa acerca da saída dos muitos migrantes que vieram para Assis. Tais motivos mostraram-se relacionados à posse desigual e excludente das terras locais, e pela expansão capitalista no campo, vista na modernização da agricultura que gerou consequências drásticas para a maioria da população que, sem a terra, não pôde subsistir no município.

CAPÍTULO I

A TERRA E O HOMEM: AS CONEXÕES EXISTENTES E AS DESIGUALDADES GERADAS A PARTIR DAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA

Este capítulo pretende mostrar que, através da apropriação capitalista das porções terrestres, gera-se um processo permanente de exclusão da maioria dos homens às possibilidades de subsistência com o que, em tese, lhe seria natural.

É fato que, não somente para a espécie humana, mas sim para todas as demais espécies viventes conhecidas, a Terra se constitui o elemento central do encontro das condições necessárias à vida. Todos os homens, sem exceção, precisam estar conectados a uma porção da mesma, sem a qual se tornaria impossível o desenvolvimento de suas vidas.

Assim, a Terra, segundo Ianni (2004), a princípio parece ser algo disponível a todos, como uma dádiva e envolvida numa certa inocência. Contudo, ela também se apresenta como sendo o local dos meios da subsistência do homem, uma espécie de despensa, "um imenso arsenal de instrumentos de trabalho. No intercâmbio com a terra, o homem extrai os elementos indispensáveis à satisfação de necessidades tais como comer, beber, vestir-se, abrigar-se; e meios de trabalho". (IANNI, 2004. pp. 173,174)

Homem e natureza se mostram como elementos que se conectam, sem separação, sobretudo pelo nível de dependência que a humanidade tem em relação aos recursos naturais cruciais à sua manutenção, encontrados na Terra.

E nessa conexão, a humanidade, com seu aspecto racional, deveria ser o grande agente da utilização do ambiente que é fundamental para todos, trabalhando não somente na perspectiva de sua manutenção e sustentabilidade, mas sobretudo permitindo que o próprio homem pudesse livremente dele se beneficiar.

Contudo, no que diz respeito à apropriação das porções terrestres entre os que dela dependem, a prática histórica demonstra a ocorrência de uma

dinâmica excludente de muitos pelo próprio homem, dando o início à existência de desigualdades entre os que teriam direitos iguais de poderem se beneficiar de algo fundamental à vida.

Na perspectiva de que a Terra seria também o espaço da provisão e do fornecimento dos alimentos e demais recursos necessários à existência, as porções dela, ao longo da história, começaram a serem transformadas, mediante uma prática de acumulação capitalista, em elementos de poder mediante a posse, fazendo surgir muitos conflitos entre os que tiveram condições de adquirir ou de permanecer com uma propriedade, e os que não tiveram as mesmas condições.

O que ocorre é que, em praticamente todos os lugares conhecidos do mundo, homens empreenderam o domínio de partes da Terra onde, em muitos casos, além da expropriação de muita gente para o que fora chamado desenvolvimento, conflitos em torno do habitat natural dos humanos tornaram-se recorrentes.

A apropriação da terra, segundo Ianni (2004), operou a transformação dela em algo estritamente capitalista.

Desde o começo, a terra é incorporada no processo de trabalho como objeto e meio de produção. Nesse percurso, muda de figura. É retirada da natureza, humanizada. Ao mesmo tempo que é trabalhada e recriada, transforma-se em relação social. Está em marcha a apropriação da terra: tribal, comunitária, clânica, familiar, privada, capitalista. Dá-se a metamorfose da terra em mercadoria. A produção para o consumo modifica-se em produção para o mercado. (IANNI, 2004. p.174.)

A partir de uma desnaturalização da Terra, a prática humana capitalista veio a transformá-la em propriedade de poder privado, ou seja, a terra foi transformada numa mercadoria³, evidenciando a exclusão de muitos e gerando condições precárias de vida para aqueles que não tiveram a oportunidade de se beneficiar daquilo que lhe seria justo em termos de possibilidades.

³ [...] a terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda - que é o seu uso capitalista - a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é a condição do usar e o usar é a realização do ter, no caso da terra, na sociedade capitalista. (MARTINS, 1986, p.32-33)

1.1 A posse da terra no Brasil

Na história do Brasil, com a chegada dos colonizadores portugueses, vemos a seguinte situação quanto à posse da porção terrestre brasileira, a qual já se encontrava povoada antes mesmo da colonização:

Os índios eram os senhores da terra, como hoje o são os brancos [...]. Os portugueses tiveram que enfrentar um inimigo não só mais numeroso, mas melhor organizado - no sentido tribal, é óbvio, e não em conjunto - e relativamente melhor equipado. (FERNANDES, 2008, p. 118)

Aqui se destaca uma situação conflitante quanto à posse da terra pelos colonizadores que chegavam. Os portugueses se viram diante de um obstáculo à ocupação da nova colônia. Tal obstáculo seria os verdadeiros senhores da terra que, desde muito antes dos povos europeus, já habitavam o território brasileiro.

É notório que os motivos da colonização portuguesa foram estritamente comerciais, isto é, que na verdade os portugueses não tinham interesse em construir na nova colônia uma continuação da vida europeia. No Brasil, os europeus tinham a intenção de apenas explorar os recursos encontrados. Segundo PRADO JÚNIOR (2012), acerca das intenções europeias de se descobrir novas rotas comerciais:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou como razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. [...] Tudo isso lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por esses territórios primitivos e vazios que formam a América. (PRADO JÚNIOR, 2012. p.14,15)

Mas enfim, os colonizadores chegaram e, diante da necessidade de estabelecer a posse do novo território, começaram uma saga para convencer pessoas a virem para o Brasil. Contudo, se o objetivo não era povoar, mas sim explorar, a tarefa de trazer os patrícios para cá somente poderia ocorrer à base de muitos privilégios aos que aceitassem, como forma de compensação pelo esforço realizado. Assim, a terra que desde muito antes já possuía dono, a saber o povo indígena, começava a ser distribuída entre os colonizadores portugueses.

Nessas condições, realizar o povoamento de uma costa imensa como a do Brasil era tarefa difícil. Procurou-se compensar a dificuldade outorgando àqueles que se abalasssem a ir colonizar o Brasil vantagens consideráveis: nada menos que poderes soberanos, de que o rei abria mão em benefício de seus súditos que se dispusessem a arriscar cabedais e esforços na empresa. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 31)

O plano inicial de ocupação das terras da colônia se deu pela criação das chamadas capitânicas hereditárias, que nada mais eram que a divisão da costa brasileira em 12 setores lineares que variavam, em termos de extensão, de 30 a 100 léguas. Os titulares das terras doadas teriam total poder de governo, além de muitas regalias, como a nomeação de autoridades, cobrança de impostos etc.

Entre os poderes dos donatários das capitânicas estava, como vimos, o de disporem das terras, que se distribuíram entre os colonos. As doações foram em regra muito grandes, medindo-se os lotes por muitas léguas. O que é compreensível: sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam ao novo mundo, mas de grandes senhores latifundiários. (PRADO JÚNIOR, 2012, p.33)

Juntamente com as capitânicas hereditárias, uma lei portuguesa chamada de Sesmarias em Portugal, datada de 1375, começava a valer, também, em território brasileiro, a qual tinha a intenção de fazer com que não houvesse terras sem ocupação e cultivo. Tal lei, conforme será discutido mais à frente, vem apresentar ligação direta com o território de Assis Chateaubriand, objeto de estudo desta dissertação.

No que regia a lei de Sesmarias, que vigorou até o ano de 1822, a forma de distribuição de terras era semelhante ao ocorrido com as capitânicas hereditárias, pois somente os que mantinham laços com os nobres recebiam uma sesmaria. Além disso, o sesmeiro deveria ser aquele que tivesse condições de implementar o cultivo, o que viria assegurar a demarcação da terra colonizada.

O sesmeiro era o responsável no período colonial no Brasil de promover o cultivo de terra do "novo mundo então descoberto". A implantação do sistema de sesmarias significou, portanto, que cabia à Coroa Portuguesa doar terras aos pleiteantes, contando que tivessem condições de cumprir a exigência do cultivo, além de medir e demarcar as terras doadas. (ALVELEAL; MOTTA, 2005, p.429)

Segundo Vianna (1933, p.56-57), os que requeriam a posse de uma sesmaria no Brasil tinham que justificar seus pedidos dizendo que eram homens de família e posses, incluindo de gente, isto é, de escravos, além de criações, colocando-se em consonância com o que pretendia a coroa, ou seja, que os sesmeiros fossem capazes de realmente trabalhar com a terra dada. Essa prática evidenciava o fato de que somente os que já podiam ter terras, seriam os únicos que poderiam continuar tendo terras, excluindo os que não tinham as mesmas condições.

Contudo, após a separação das coroas espanhola e portuguesa, as quais haviam firmado um tratado chamado de Tordesilhas⁴ em 1496, Portugal se viu numa situação de ter, obrigatoriamente, que ampliar seu plano de povoamento, para que pudesse manter as terras que "descobriria", demarcando sua conquista. Foi a partir de então que a doação de terras, mais do que nunca, passaria a ser tratada como uma espécie de "moeda de troca de favores" para aqueles que aceitassem a vir para o Brasil e contribuir para confirmar a posse do território brasileiro aos portugueses, mediante a ocupação e utilização da mesma.

[...] foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de territórios contestados pela Espanha), a recorrer às camadas pobres ou médias da população portuguesa, e conceder grandes vantagens aos colonos que aceitavam ir-se estabelecer lá. O custo do transporte será fornecido pelo Estado, a instalação dos colonos é cercada de toda sorte de providências destinadas a facilitar e garantir a subsistência dos povoadores. (PRADO JÚNIOR, 2012, p.94)

Verifica-se, portanto, que desde o início da formação do território brasileiro, a porção terrestre que seria o elemento fundamental para a vida de todos os que aqui já viviam, passava a ser propriedade de um único povo colonizador que, usando de sua força, a concedia como privilégios para aqueles que aceitavam o desafio do povoamento. Não por acaso, a luta entre colonizadores e indígenas veio durar anos, fazendo acontecer grandes

⁴ Tratado de Tordesilhas: Assinado no ano de 1494 entre as coroas portuguesas e espanhola, dividia territórios descobertos e ainda por descobrir, incluindo o Brasil, numa forma de se evitar conflitos entre Espanha e Portugal acerca da ocupação das novas terras. De acordo com <http://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas/>, acessado em 19.04.2015.

batalhas que resultaram em um grande número de mortes, isto é, de milhares⁵ de indígenas devido à resistência aos "novos donos" da terra, isto porque os índios estavam passando, forçadamente, de proprietários para a categoria de expropriados e, posteriormente, a escravos.

Assinalei que no Brasil se recorreu, a princípio, ao trabalho dos indígenas. [...] aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo. Não eram passados ainda trinta anos do início da ocupação efetiva do Brasil e do estabelecimento da agricultura, e já a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 35)

A partir de então, isto é, do século XVII em diante, muitos índios foram buscados em territórios do interior do Brasil nas expedições chamadas de "bandeiras", para o trabalho na agricultura, expedições estas que alargariam ainda mais os limites da posse portuguesa. Contudo, como o índio era considerado pelos portugueses não tão aplicado ao trabalho e de pouca eficiência, começava um processo de substituição do índio pelo negro, o qual duraria até o final da era colonial, pois:

Os portugueses estavam bem preparados para a substituição; já de longa data, desde meados do séc. XV, traficavam com pretos escravos adquiridos nas costas da África e introduzidos no reino europeu onde eram empregados em várias ocupações: serviços domésticos, trabalhos urbanos pesados, e mesmo na agricultura [...] contra o escravo negro havia um argumento muito forte: seu custo. Não tanto pelo preço pago na África; mas em consequência da grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte. [...] calcula-se que, em média apenas 50% chegavam com vida ao Brasil. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 37)

Apesar do alto custo para se trazer a mão de obra escrava para o Brasil, essa era a opção mais viável, pois já era praticada de longa data pelos portugueses e, econômica, pois o fazendeiro não teria que assalariar o trabalhador. O tráfico de escravos era uma atividade que garantia muito lucro para a burguesia comercial portuguesa e, por isso, passavam a ser usados em grande escala também no Brasil.

Ainda sobre a questão das terras brasileiras, consta que até o ano de 1850 elas foram consideradas "livres", pois a coroa portuguesa fazia doações a

⁵ FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil; apresentação de Marco Antonio Villa. - 4ªed. rev. São Paulo: Global, 2008. p. 118

quem quisesse. A partir da criação da chamada de Lei de Terras, em 1850, a posse da terra passava a ocorrer mediante a compra. Dessa forma, somente aqueles que possuíam condições financeiras poderiam adquirir terras, não sendo possível a abertura de novas posses via doações.

Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. [...] A Lei de terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. (MARTINS, 1986, p. 41 e 42)

Ainda segundo Martins (1986), quem não tinha a terra, após o ano de 1850, a condição que lhe cabia era a de ser trabalhador na terra de algum proprietário, até que pudesse comprar o seu próprio lote de terras.

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chagassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, [...] a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro. (MARTINS, 1986, p. 42)

Segundo Martins (2010), a presente lei veio a instituir o que ele chama de Cativeiro da Terra, transformando a terra em propriedade e com valor de mercado.

Assim, o que fica em evidência pelo apresentado é o fato de que a história do homem, relativa às formas de possessão da terra, se mostra excludente para muitos, pois poucos tiveram a possibilidade de apropriá-la para garantir a sua sobrevivência.

As terras, que naturalmente serviriam para atender as necessidades de existência de todos os homens, no modo capitalista de produção passaram a ser propriedade de poucos, tomadas ou adquiridas muitas vezes pela força. Tais fatos evidenciam não somente conflitos, como também desigualdades que arrastam suas consequências até o presente, uma vez que grande parte da população brasileira se manteve à margem das possibilidades de apropriação da terra.

Além disso, havia a prática de privilégios concedidos a uns poucos pela coroa portuguesa, sobre a posse do território brasileiro, em detrimento de muitos. Tal prática veio a se assemelhar, também, na constituição dos territórios dos Estados brasileiros, dando sequência aos eventos de exclusão da maioria da população sobre a questão da terra.

Acerca dos Estados, na chamada política dos governadores, caracterizada pela concessão de benefícios em nome do voto, as porções de terras também se fizeram elementos importantes, como moeda de troca, para os interesses estabelecidos pelos poderes locais.

Segundo Martins (1986), tal política dos Estados acontecia com base nas trocas de favores de interesses mútuos entre governos e chefes dos interiores, visando a permanência no poder.

É no final do século XIX e começo do século XX, na presidência de Campos Sales, que se inaugura a "política dos governadores", mediante a qual sustentação da presidência da República e, reciprocamente, dos governadores, se dava com base num sistema de troca de favores políticos. E os governadores por sua vez, operavam dentro do mesmo esquema com os chefes políticos do interior. (MARTINS, 1986, p.46)

Diante do esquema montado, os governadores poderiam, por indicação dos coronéis do interior, nomear funcionários, autoridades policiais e judiciais e, inclusive, providenciar "facilidades na concessão de terras e favores na realização de obras públicas" (MARTINS, 1986, p.46), numa época onde o voto era tratado como mercadoria e os coronéis, ou chefes políticos do interior, geralmente fazendeiros e comerciantes, faziam uso do "*dar coisas*" para se obter o voto de uma determinada clientela.

Ainda sobre a força do poder do coronel, Faoro (2000), menciona que as autoridades locais se submetiam aos coronéis da época, donos do controle local.

As autoridades estaduais - inclusive o promotor público e o juiz de direito - são removidas, se em conflito com o coronel. Até a supressão da comarca, seu desmembramento, elevação de entrância são expedientes hábeis para arredar a autoridade incômoda. (FAORO, 2000, p. 632)

Nesse tempo, como desde o início da história brasileira, a terra também foi utilizada como poder de barganha nas trocas de favores como fim específico de se obter o poder político.

As práticas coronelistas, que de acordo com Faoro (2000), eram protegidas por "capangas, elementos sem vontade própria, como os tem os subcoronéis" (p.632), não eram as únicas formas de perigos que posseiros enfrentavam na época:

Quando, no fim do século XIX, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados e se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendas, de definir a situação jurídica da propriedade fundiária, abriu-se, também, um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes. (MARTINS, 1986, p.46)

Assim, os pequenos proprietários de terras e posseiros começaram a conviver com mais uma situação incômoda, pois, além das práticas coronelistas, agora pela especulação e interesse dos fazendeiros em aumentar suas terras, os posseiros sofriam com as ameaças da incorporação de suas propriedades àqueles mais ricos e também poderosos. Ainda segundo Martins (1986), em muitas regiões de produção de gados, por exemplo, as fazendas não eram contadas em territórios, como nas de produção agrícola colonial de exportação. Por conta disso, considerava-se que a fazenda seria o próprio gado e não a terra, o que aumentava ainda mais o problema da manutenção da posse de um não visível território.

Somado ao citado acima, muitas das terras pertencentes a posseiros também foram entregues pelo Estado a empresas em troca de construções de obras públicas. Como exemplo disso, segundo Martins (1986), na região do Contestado⁶, na divisa dos Estados do Paraná e Santa Catarina, para a construção de uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, 15 km de cada lado da estrada foram entregues para a empresa responsável da construção. Naquela área havia muitos posseiros que produziam, além da erva mate, também o gado que, como vimos anteriormente, era mais difícil de se verificar como localidade do território a ser mantido pelo proprietário ou posseiro.

E no que diz respeito à exploração imobiliária, que também se constituía um fator de contribuição para a "limpeza" das áreas que começavam a ser

⁶ Região do Contestado: Tem esse nome por conta da disputa entre os Estados do Paraná e Santa Catarina acerca dos limites de seus territórios. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p.51

comercializadas, Martins (1986) menciona a ocorrência de tais eventos a partir do início do século vinte.

Para desenvolver o programa de colonização, com a venda de terra a colonos estrangeiros, principalmente poloneses e italianos, era preciso expulsar da terra os antigos posseiros, o que começou a ocorrer em 1911. Ao mesmo tempo, o clima de tensão na área era agravado pelas centenas de trabalhadores desempregados devido ao término da construção da ferrovia, que haviam sido recrutados compulsoriamente entre a população de grandes cidades. (MARTINS, 1986, p. 52)

Diante da violação dos direitos dos posseiros, não havia como pensar a inexistência de conflitos sobre a questão da terra, fatos que se seguiram também no Paraná, como será visto nos exemplos que serão mencionados a seguir.

1.2 As disputas pela terra no Paraná

Um dos primeiros conflitos sobre a questão da terra no Paraná ficou conhecido como a Guerra do Contestado (1912-1916) onde "os que lutavam por suas terras estavam sendo considerados antirrepublicanos, ou monarquistas, fato que levou o exército do país ao enfrentamento com os sertanejos na defesa da República" (MARTINS, 1986 p.57, 58).

De acordo Santos (2010), o conflito se deu pois,

[...] a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, pela poderosa multinacional Brazil Railway, e a concessão governamental aos construtores de quinze quilômetros de cada lado da ferrovia para explorar madeira e erva-mate, fez com que muitos moradores fossem progressivamente desalojados, à força, durante anos. Diante de tantos percalços, quando o monge João Maria passou pela região, encontrou um povo sedento de ajuda e, destarte, fez a promessa de construir uma cidade santa onde reinasse a paz e a abundância, e afirmou que todos os males eram oriundos da República, caracterizada, por ele, como o governo do demônio, e, dessa forma, os caboclos, para lograr o “paraíso” almejado, deviam lutar contra o governo e lutar pela volta do governo de Deus, a saber, o Regime Imperialista. (SANTOS, 2010, p.3)

Essa disputa se deu, de um lado, pelo ajuntamento dos posseiros expulsos de suas terras e dos desempregados da construção da ferrovia ora citada, e de outro lado, a república dos coronéis que concedia a terra de forma a garantir o que seria considerado desenvolvimento.

Outros conflitos vieram na sequência, os quais também tinham como causa a luta contra a expulsão de posseiros por via de privilégios concedidos a fazendeiros, também pela grilagem de terras, pelas amizades e alianças com governos, cujos fatos contavam inclusive com a força policial contra os posseiros, e também com a presença de jagunços que agiam de forma violenta na expulsão de muita gente das terras.

No norte do Estado, na década de 1950, em Jaguapitã, cerca de 1500 famílias começaram a ser expulsas pelos proprietários das terras nas quais viviam. Os novos proprietários teriam ligação com o governo do Estado que, na época, era governado por Moysés Lupion. Este governo tornou-se conhecido pelo fato de estar envolvido em muitas negociações de terras, algumas delas com indícios de ilegalidade. Segundo Paz (1991, p.11), o governo de "Lupion

foi considerado calamitoso em termos de negociatas de terras [...] reproduziu, em seu mandato, o clientelismo político que marcou a Velha República".

Em Porecatu, cidade vizinha de Jaguapitã a 50km, aproximadamente, ocorria um fato parecido de expulsão. Ali as terras estariam sendo comercializadas para pessoas que também teriam ligação com o governo do Estado e as concessões⁷ por ele realizadas, sem a preocupação com os posseiros residentes.

Paz (1991) destaca que as terras do norte do Paraná, na época, estavam em grande "valorização", o que fazia com que muitas pessoas chegassem até a apresentar vários títulos de propriedade de uma mesma área, evidenciando, também, um esquema de grilagem, ou seja, um processo de forjamento de documentos. Muitos desses supostos títulos eram envelhecidos quando guardados em caixas onde continham grilos. O contato de tais insetos com o papel causa um efeito de envelhecimento, o que era feito para dizer que o título da propriedade da terra seria antigo, e é por isso que tal prática recebe o nome de grilagem.

Diante desse contexto, surgiu a chamada Guerrilha de Porecatu, um movimento de defesa dos posseiros que durou até meados de 1951, final do mandato de Lupion no governo do Estado.

Outro conflito veio acontecer em 1957 no Sudoeste do Paraná, época em que Moysés Lupion voltara ao governo⁸ do Estado. Para Paz (1991), Lupion, que estivera no comando do Estado por mais de 15 anos, era uma espécie de *self-made man*, o que pode ser traduzido por *empreendedor* ou *homem que se faz sozinho*, alguém que se aproveita de possibilidades para realizar projetos.

⁷ A plataforma do governo de Lupion era a de "pôr em atividade o vasto sertão" intensificando a oferta de terras devolutas sob a tutela da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, e o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, o Departamento de Fronteiras, o Serviço de Valorização do Litoral e a Divisão de Imigração da Secretaria da Agricultura. Não dispo de meio financeiros para promover diretamente a colonização, o governo de Lupion adotou a prática das "grandes concessões" para empresas colonizadoras privadas que, em troca de um preço simbólico por hectare, promovia o loteamento e instalação de infraestrutura como abertura de estradas e assentamento de colonos (LEITE JÚNIOR; ESCUBEDO, 2006)

⁸ Idem à nota anterior.

No caso da região em questão, segundo Oliveira (1990), não havia apenas posseiros, mas sim muitos que teriam comprado terras e, portanto, seriam proprietários das áreas.

Ali a situação era extremamente confusa, pois se tratava de área litigiosa entre o governo da União e o governo estadual. Isso porque, embora as terras devolutas tenham sido transferidas aos estados, em 1891, as terras da faixa de fronteira continuaram dependentes do governo federal. Ambos os governos fizeram concessões de terras na área. Companhias imobiliárias venderam essas terras a colonos gaúchos e catarinenses. Estes, entretanto, apesar de terem pago e serem, portanto, proprietários, viram-se na situação de posseiros, além do mais sujeitos a despejo sumário (OLIVEIRA, 1990. p.25)

Oliveira (1990, p. 25), também menciona que "toda a sorte de violência foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador [...]".

O local do conflito se situou em torno da região de Francisco Beltrão, Capanema e Pato Branco, onde à exemplo de Porecatu, houve uma mobilização forte e armada dos camponeses em defesa de seus direitos. Os colonos tomaram a região em questão de modo que as autoridades locais e os que cobravam a saída dos posseiros tiveram que fugir.

No Sudoeste, diferentemente do caso de Porecatu, muitos dos camponeses eram realmente os donos legítimos das terras e não posseiros. Assim, uma força popular, feita pelos próprios camponeses, reivindicou o direito de posse de suas terras no conflito que ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros do Sudoeste.

Mais à frente, outro exemplo de conflito pela terra no Estado do Paraná foi o resultante da construção da barragem de Itaipu, qual construção se deu entre os anos de 1975 a 1982, e por quais terras muitos agricultores tiveram que ser expropriados para o surgimento do lago da usina binacional (feita em parceria com o Paraguai). Neste caso, o conflito não se deu de forma violenta do ponto de vista de uma guerra armada, como nos exemplos anteriores, mas se tratou de um embate no qual o movimento chamado "Movimento Justiça e Terra", tinha por objetivo lutar para que as indenizações pagas aos agricultores expropriados fossem justas.

Segundo Paz (1991), os colonos, com a ajuda da igreja, da população local e sindicatos, acamparam, no ano de 1980, nas proximidades dos escritórios administrativos da Itaipu exigindo o aumento das indenizações, o que de fato pode ser obtido.

Há, porém, muitos outros embates que envolveram a questão da terra no Paraná, os quais refletiam a luta de muitos pela manutenção de suas posses diante dos que transformavam a terra em sinônimo de poder e de riqueza, muitas vezes a qualquer custo. Tal fato, geralmente, suscitava muita violência aos que chegaram primeiro à terra, no caso, muitos posseiros e até legítimos donos expropriados por ações não justas dos que detinham mais poder ou ligações políticas que lhes trouxessem privilégios. Para citar outros exemplos, no tocante ao Paraná, mais especificamente de sua parte Oeste, vê-se que:

A 'Revolta de 61', como ficara conhecidos os embates entre posseiros, jagunços e policiais no interior do distrito de Medianeira, ao contrário do que se imagina, não foi um acontecimento ímpar na história da região oeste do Paraná durante a ocupação da fronteira agrícola. Os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Guaraniaçu, Catanduvas, Palotina, Assis Chateaubriand, Nova Aurora, Formosa do Oeste, Santa Helena, Toledo e Terra Roxa, na década de 1960, também foram objetos de atenção da mídia impressa com relação aos conflitos de terras e das violências praticadas por policiais e jagunços a milhares de agricultores e posseiros. (VANDERLINDE; GREGORY; DEITOS, 2007, p., 197)

Das regiões citadas acima, o município de Assis Chateaubriand será tomado como exemplo para se verificar a existência de desigualdades geradas no tocante às formas de apropriação da terra.

No caso de Assis Chateaubriand, a exclusão à posse da terra se constituiu num dos elementos determinantes da não permanência de grande parte da população que migrara para a cidade.

CAPÍTULO II

ASSIS CHATEAUBRIAND: DA APROPRIAÇÃO DA TERRA À SUA FORMAÇÃO POPULACIONAL

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o território de Assis Chateaubriand destacando os temas referentes aos conflitos sobre a questão da terra, sua apropriação e modernização da agricultura.

Na sequência serão apresentados os dados sobre os números populacionais oficiais do município, e os resultados da pesquisa realizada com alguns dos moradores mais antigos da cidade apontando, dentre outros fatos da história local e identidade dos moradores, os motivos de chegada e saída da população de Assis.

Iniciando, portanto, pelos fatos relativos à questão da terra e sobre sua posse pelos chamados colonizadores, proprietários da empresa CNP, Souto Maior (1996), menciona que num primeiro momento foi um cearense chamado Adízio Figueiredo dos Santos quem deu início, de forma oficial, à abertura do território que hoje é o município de Assis, no final da década de 1950. Adízio teria adquirido as terras da chamada Gleba Santa Cruz, cerca de 90 mil alqueires, apesar da veracidade do título de posse ter sido contestada.

De 1957 a 1960, durante a segunda gestão do Moisés Lupion, o governo do Estado do Paraná emitiu uma infinidade de títulos de domínio sobre a mesma área, embora na época estivesse em curso uma ação, movida pela comarca de Foz do Iguaçu⁹, onde o Estado pretendia anular os direitos possessórios dos herdeiros da Fazenda Santa Cruz ou herdeiros de Francisco Antônio dos Santos. (COLOGNESE, 1999, p. 56, 57)

De acordo com Colognese (1999, p. 56), a contestação seria por um desacordo entre o Paraná e a União acerca das terras que, sendo devolutas¹⁰,

⁹ "A transcrição nº 2.769, oriunda de Foz do Iguaçu, mostrou que 90 mil alqueires de terra não conduzia com a verdade; alguns eram títulos nulos e sem origem, portanto a origem desses títulos vinha do Estado do Paraná, que titulou toda a área de faixa de fronteira, quando era sabido que as terras até 150 quilômetros em faixas de fronteiras pertenciam à União, e não aos Estados limítrofes, além de estarem nulos pela sentença de Foz do Iguaçu, de setembro de 1958 e que mereceu decisão do Supremo Tribunal Federal, que votou contra a legalidade desses títulos." (BORITZA, 1994, p.10).

¹⁰ "[...] a situação daquelas terras e dos colonos é a seguinte: - No ano passado o Egrégio Tribunal de Justiça concedeu, unanimemente, mandado de segurança contra o Estado, porque este negara expedição de conhecimentos de impostos e cisas para a transmissão ou venda das ditas terras.

a princípio, teriam sido doadas pela união a um engenheiro que formaria uma companhia para a construção de uma estrada de ferro que passaria pelo Oeste do Paraná. Contudo, como a ferrovia não saiu do projeto, a União veio a requerer as terras de volta. Porém, um interventor militar chamado Mário Tourinho, por via de decreto, retomou as terras para o Estado do Paraná, fazendo criar uma longa disputa entre Estado e União.

Ainda sobre a origem das terras pertencentes ao município de Assis Chateaubriand, sabe-se que:

O histórico desses documentos vem da época das Sesmarias, sistema de doação de terras no Brasil, adotado por Portugal no século XVI, mas pode ser estabelecido a partir de 1843, quando pertenceram as terras desta localidade (Fazenda Santa Cruz), a Francisco Antônio dos Santos. (COLOGNESE, 1999, p. 55)

Enfim, mais à frente, "passando por diversos sucessores¹¹, o Registro Geral de Imóveis de Foz do Iguaçu conferiu escritura à Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., de propriedade de Adízio Figueiredo dos Santos" (COLOGNESE, 1999, p.58, 59), que, apesar da contestação em vigor, teve sua posse confirmada pela justiça da época. (SOUTO MAIOR, 1996, p. 46 e 47).

Vale ressaltar, para maior entendimento da situação sobre a contestação das terras de Assis, que "parte da gleba Santa Cruz fora apropriada, também, por Moysés Lupion, que a transferiu para outras colonizadoras e imobiliárias" (COLOGNESE, 1999, p. 59), o que faz suscitar a ideia da possibilidade de ter havido alguma irregularidade com relação ao título de posse pertencente a Adízio, justamente pela fama que o governador Lupion carregava, pois:

Os critérios utilizados por Moysés Lupion para emitir milhares de títulos foram criticados. Acusaram-no de tê-los distribuído a pessoas

Inconformado, o Estado há pouco, propôs, contra os atuais proprietários da Fazenda Santa Cruz, ação judicial, pretendendo provar que aquelas terras são devolutas [...]" (GAZETA DO POVO. Forças Armadas contra lavradores. 08 de março de 1953)

¹¹ "Por escritura particular de 22 de janeiro de 1844, Francisco Antônio dos Santos e sua mulher, primitivos proprietários do imóvel [...] venderam o referido imóvel a Custódio Gonçalves. A seu turno, Custódio [...] vende a mencionada gleba a José da Silva. (ESTADO DO PARANÁ. Ação ordinária... " Op. Cit. p.52-53.)

A Colonizadora União D'Oeste, adquiriu o título de José da Silva. Contudo, tal título da terra, "de acordo com o Estado do Paraná também seria falso. Porém, a Sociedade Colonizadora União D'Oeste, buscando provar a veracidade do título de tal registro feito de acordo com a legislação vigente nesse período em questão (Lei de Terras de 1850), alegou que o Estado do Paraná se referia a terras situadas em outra localidade, em Prudentópolis, e que a referida gleba não dizia respeito ao imóvel Cachoeira, Rio dos Patos ou Santa Cruz." (CRESTANI, 2012, p.82).

que não residiam no Paraná e, segundo funcionários do INCRA em Curitiba, existiam pessoas portadoras de títulos em branco, emitidos pelo Governador. Esta situação fez com que Lupion fosse conhecido nacionalmente como um político inescrupuloso. (COLOGNESE, 1999. p. 58)

Segundo Foweraker (1981, p. 129-130), falando acerca de Lupion, , "ele próprio havia encabeçado um grupo econômico com importantes interesses no oeste [...] com violentas operações de 'colonização' em suas terras no Oeste do Estado, criando imediatamente uma vasta inquietação social".

Outro fator que reforçava a ideia de contestação acerca das terras onde seria o território de Assis, podia ser visto na Lei 2.597¹², de 12 de setembro de 1955, que dispunha sobre zonas indispensáveis à defesa do país. De acordo com o texto da referida lei, áreas de fronteiras não poderiam ser concedidas a não ser, exclusivamente, pelo interesse da União visando, entre outras coisas, a segurança nacional, o que contrapunha algumas concessões feitas no governo de Lupion.

Contudo, Adízio Figueiredo do Santos, proprietário dos 90 mil alqueires da Gleba Santa Cruz deu o início ao surgimento do chamado "Campo dos Baianos", primeiro nome dado a Assis, até 1958. (SOUTO MAIOR, 1996, p.49 e 50). Tal nome inicial teria relação com a própria origem Adízio e das pessoas que com ele vieram para a abertura do local.

Pioneiramente, foram os nordestinos, seguidos pelos mineiros e capixabas (os baianos cansados), quem desbravaram a floresta subtropical, derrubando, a punho de machado, as árvores de madeira nobre existentes na região do Vale do Piquiri. (SOUTO MAIOR, 1996, p. 44)

E, de acordo com Souto Maior (1996), com a chegada da CNP no ano de 1958, de propriedade de Oscar Martinez, o qual havia adquirido os direitos da Gleba pertencente a Adízio, deu-se início a um plano de colonização das terras que, a partir de 1961, passaram a ser chamadas de Tupãssi.

¹² Art. 1º É vedada, nos termos do art. 180 da Constituição, nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à concessão de terras, à abertura de vias de comunicação à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação sem o prévio assentamento do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. As autorizações poderão ser a qualquer tempo modificadas ou cassadas pelo referido Conselho.

Art. 2º É considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação (Lei nº 2.597 - de 12 de setembro de 1955).

A imagem abaixo mostra a clareira aberta no meio da mata que, pela a execução do plano da CNP de comercialização das terras, desenhava o que seria o espaço urbano de Assis Chateaubriand, no início da década de 1960.

FIGURA 1 - Assis Chateaubriand em construção em meio à mata no início da década de 1960



Foto: acervo de Ademir de Brito (Jornal O Regional)

Contudo, antes da comercialização das terras feitas pela CNP e, inclusive por haver uma situação em que as mesmas estavam sendo contestadas, colocando em cheque o pertencimento da apropriação feita por Adízio e, conseqüentemente de Oscar Martinez, conflitos entre donos das terras e posseiros teriam ocorrido.

Colognese (1999), em entrevista ao Sr. Izidoro Rubel, um dos pioneiros do lugar que hoje pertence ao município de Tupãssi¹³, mas que antes pertencia a Assis Chateaubriand, conta que a situação enfrentada pelos moradores da região era uma batalha pela própria terra.

Não foi fácil legalizar; os jagunços metiam-se no meio para atrapalhar. O chefe da Imobiliária Paraná era Miguel Vargas e o da Imobiliária Norte do Paraná era João Simões. Nós perdemos a terra da Santa Cruz e compramos da Santa Cruz novamente. Comprei 25 alqueires. Perdemos 80 alqueires. [...] os jagunços estavam do lado da Imobiliária. Segundo ele, havia gente que passava a noite no mato com medo da jagunçada. Uma mulher nos contou que os jagunços quase mataram seu cunhado. Ele fugiu para o mato, deixando uma criança em casa. Os jagunços retiraram a criança e atearam fogo na casa. É Paulo Kugiski, a esposa dele chama-se Paulina. O filho mais velho é nosso afilhado.¹⁴

Outros depoimentos citados por Colognese (1999), como o de Avelino Campagnolo, reforçam a ideia de que não teria sido nada fácil a vida dos primeiros moradores de Tupãssi, visto que teria havido conflitos entre os donos das terras e os posseiros que ali viviam, muitos dos quais seriam proprietários das terras antes mesmo dos trabalhos iniciados pela Colonizadora.

A companhia Norte do Paraná, do Oscar Martinez, depois o Manuel Ramos, Rudy Alvarez, proprietários e sócios começaram a colonizar. Em Tupãssi, a companhia mantinha uma equipe de elementos de segurança, conhecido por jagunços. Eram funcionários pagos pela empresa. Eu fui vítima de vários atentados. Tiros atingiram a nossa viatura. Aviso não vai lá, que pode morrer. Escapamos inúmeras vezes. A companhia tinha esses elementos bem armados para garantir a posse da terra de que se dizia proprietária, havendo comprado do governo, da União. Por outra, alguns posseiros, para defender suas terras, tinham uma espécie de jagunços, dos quais há remanescentes em Assis Chateaubriand. Mas eram estilo meio pacato. Eu, como médico, atendi muitas vezes aqueles elementos atingidos pela violência, baleados, esfaqueados pelos jagunços, andando de arrasto pelo mato, quilômetros, no meio de espinhos, tocos, unha-de-gato, chegavam desfigurados.¹⁵

Em entrevista concedida para a construção de documentário acerca dos conflitos de terras no Oeste do Paraná, Olívio Balício, agricultor e morador de Assis Chateaubriand na época em que iniciaram os trabalhos de requerimento das terras feito por Adízio e, posteriormente pela CNP, menciona o seguinte

¹³ No início, Tupãssi e Assis Chateaubriand, que hoje são municípios distintos, compreendiam um mesmo território. A totalidade do território era chamada de Tupãssi e pertencia ao município de Toledo. Em 1966, esse território se desmembra de Toledo recebendo o nome de Assis Chateaubriand (Lei 5.389). Mais à frente, em 27 de dezembro de 1979, parte do território do município de Assis Chateaubriand é desmembrada para a criação do município de Tupãssi (Lei nº 7.270).

¹⁴ COLOGNESE; GREGORY; SCHALLENBERGER, op. cit., entrevista n. 8, Izidoro Rubel, p. 81

¹⁵ COLOGNESE; GREGORY; SCHALLENBERGER, op. cit., entrevista de Avelino Campagnolo, p. 86

sobre as terras que teria adquirido de proprietários anteriores à chegada da colonizadora, isto é, na década de 1950:

"Desde 1950, os antecessores que me venderam, eu tomei posse em 1955 até 1958, quando Adízio Figueiredo do Santos, a mando de Oscar Martinez invadiu a minha área com onze jagunços e me tomou cerca de 40 alqueires entre eu e a família de Jaci Bállico. Esses jagunços estavam armados com jipe de armas, inclusive, dentre essas armas tinha metralhadoras, carabinas, revólveres e outras armas desconhecidas"¹⁶

Depoimentos como os acima evidenciam uma continuidade da luta pela terra, de desigualdades e exclusões ainda em ocorrências, desta vez em um município do Brasil, seguindo a lógica ocorrida no âmbito da federação.

A posse da terra, vista como elemento de poder e possibilidade de enriquecimento, continuava movendo lutas, sobretudo fazendo persistir a existência da concentração dela nas mãos de poucos.

José Antônio de Araújo, que ficou conhecido em Assis Chateaubriand por "Baiano da Foice" e como um desbravador do referido território, comenta a existência das muitas tensões que teriam ocorrido acerca das terras chateaubriandenses, as quais levaram à ocorrência, segundo ele, de muitas mortes de posseiros na luta contra a CNP. "Baiano da foice" menciona:

"Isso aí foi feito à bala. Só ficou os ricos. Rico ninguém mexia. A jagunçada chegava e dizia: "Você, é pra desocupar hoje". Se ele resistisse, matava na hora. Mandava a viúva embora e acabou. Isso aqui matava gente como porco mata galinha. Brincou, morreu. Eles tinham a jagunçada aí, ali na beira do rio, acima do Formosa. Eles levavam os homens, punham lá dentro d'água, como você tá aqui, até na cintura e metiam as carabinas. Esse aqui também, o chefe aqui agora que tá querendo ser governador, o pai dele é dono da fazenda da Corredeira, ali. Abriu um fazendão lá, e era sócio do Adízio, e começou a matar gente também, ajudando o Adízio. É muita judiação! Ih! O Martinez passou a ser o sócio do Adízio, aí é que foi matar no rio. O homem gosta do serviço. Se quiserem mandar me matar, manda. Mas eu estou falando. Eu já sou velho mesmo."¹⁷

Também mencionando relatos parecidos, Orlando José Pires, delegado de polícia civil da de Assis Chateaubriand no período que compreendeu os anos 1976 a 1977, comenta os fatos que teria vivido enquanto dirigente da delegacia da cidade.

"Era comum aparecer corpos no Rio Piquiri, inclusive da gente achar corpos que a barriga tinha sido aberta, enfiado pedras e, com uma

¹⁶ JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Trecho de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUC1p9VD0. Acesso em 22.06.16

¹⁷ JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Treco de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUC1p9VD0. Acesso em 22.06.16

corda outra pedra era jogado no fundo. Isso nós achamos. Foi uma época de bastante terror que eu passei lá... Medo a gente tem, mas tem que superar. Foi o que eu fiz. Agora, quando eu deixei a cidade já tava bem mais calmo, calmo mesmo, já não tinha mais problema de posseiro, quer dizer, já não tinha mais terra pra eles tomarem. O que eles tinham que fazer já tinham feito."¹⁸

Augustinho Bukoski, que na década de 1970 foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão, e que no início da década de 1980 chegou a ser Diretor Executivo da FETAEP, em trecho de entrevista concedida para documentário sobre a ocupação da terra no Paraná, menciona que o próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand, que fora fundado em 12 de Setembro de 1973, teria surgido justamente como fruto das demandas de dezenas de posseiros na intenção de obterem alguma forma de proteção contra as pressões vividas em Assis Chateaubriand. Segundo Augustinho:

"Verificamos, inclusive, que aquela terra [de Assis] era de domínio da União, titulada de uma forma errônea pelo Moysés Lupion, em 1950, e que desde aquela época, os agricultores lá estavam sendo pressionados para sair. Nós conseguimos, no governo Geisel, a desapropriação daquela área, e foi uma tristeza nossa que, quando foi desapropriado, aí houve uma intensidade de pressão por parte da família Martinez. Trabalhadores vieram denunciar pra nós que houve morte de agricultores e destruíram todas as posses para não se caracterizar uma posse naquelas áreas e, depois que foram limpas as terras, o Incra tituló, definitivamente aquelas terras para o Martinez"¹⁹

Com relação aos conflitos que teriam ocorrido, sobre as terras de Assis, as entrevistas realizadas para os dados deste trabalho também apontaram alguns elementos. O depoente 'A', por exemplo, menciona o seguinte, quando questionado sobre os conflitos: "Esta resposta não pode ser descrita em três linhas. É uma história que requer muitas páginas. Conheço muito bem os conflitos e por que fazem parte da história de Assis".

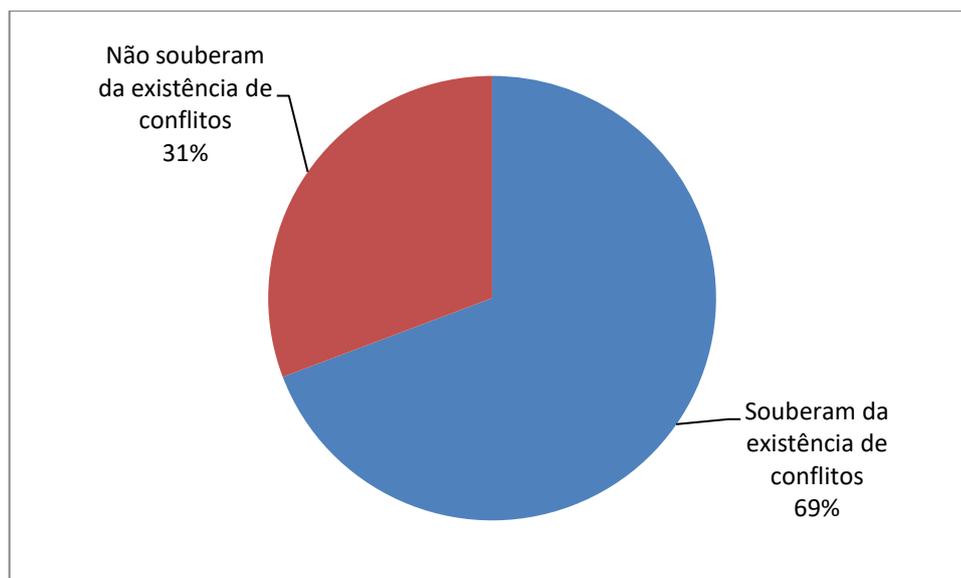
Sobre o mesmo tema, o depoente 'B' menciona que: "...nem gosto de passar perto do Rio Piquiri. Se os jagunços mandassem sair, você tinha que abandonar tudo e sair no mesmo dia".

¹⁸ JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Trecho de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUC1p9VD0. Acesso em 22.06.16

¹⁹ JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Trecho de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUC1p9VD0. Acesso em 22.06.16

Apesar do fato de alguns dos entrevistados não terem relatado a existência de conflitos, ou que disseram não saber de sua existência, a maioria deles menciona em suas respostas que eles teriam ocorrido de forma violenta.

GRAFICO 1 - Conhecimento sobre a existência de conflitos acerca da terra em Assis Chateaubriand



Contudo, após algum tempo de luta pela posse da terra e, após o convencimento de que a mesma realmente seria da CNP, pela justiça da época, deu-se o prosseguimento à comercialização do território de Assis a muitos, dos quais alguns hoje ainda vivem no município.

Com relação aos depoimentos citados, os quais mencionam situações de violentas disputas pela terra, com ocorrência de mortes, não se tem registro de provas a respeito, fato que poderia ser motivo de ações judiciais contra a CNP e sua atuação, no tocante ao período da retirada dos posseiros da terra.

Ressalta-se, contudo, que a apropriação da terra de Assis Chateaubriand pela CNP, desconsiderava o direito e a existência de muitos que viviam no local antes da colonização. Devido à ausência de políticas públicas, de leis e do Estado, as quais pudessem organizar o povoamento do território, ausência esta comum não somente em Assis, a expulsão de muitas famílias de posseiros veio ocorrendo desde o final da década de 1950, para a implantação do comércio das terras locais.

Parece, fora de dúvida, que todos os camponeses foram expulsos de suas posses nas áreas de colonização, a "punho de ferro", ou seja, com violência, como aconteceu em todas as experiências capitalistas de colonização em todas as regiões do planeta, e em todas as épocas. (SOUTO MAIOR, 1996. p.32)

Como mencionado anteriormente, no Brasil há muitos registros de situações de conflitos que levantam a questão da terra. Assim, seguindo a mesma lógica, no Estado do Paraná, no seu lado Oeste e em Assis Chateaubriand, pode-se notar a continuidade da história de apropriações nos moldes capitalistas, sem uma devida consideração aos expulsos e aos seus direitos.

Muitos são os que resistem, lutam. Lutam para continuar em suas terras, ou para reconquistá-las. E, face do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, compreendendo a monopolização da propriedade e exploração da terra, índios, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, sitianteiros, moradores e outros são levados à proletarianização, busca de outras terras. Há os que migram para as cidades, os centros industriais; os que se empregam em latifúndios, fazendas, empresas, empreendimentos públicos. São poucos os que conseguem consolidar ou recriar a condição camponesa. Nestes casos, quando há uma espécie de recamponesação, o trabalhador e sua família são subordinados ao capital em forma mais sistêmica que anteriormente. (IANNI, 2004, p.251)

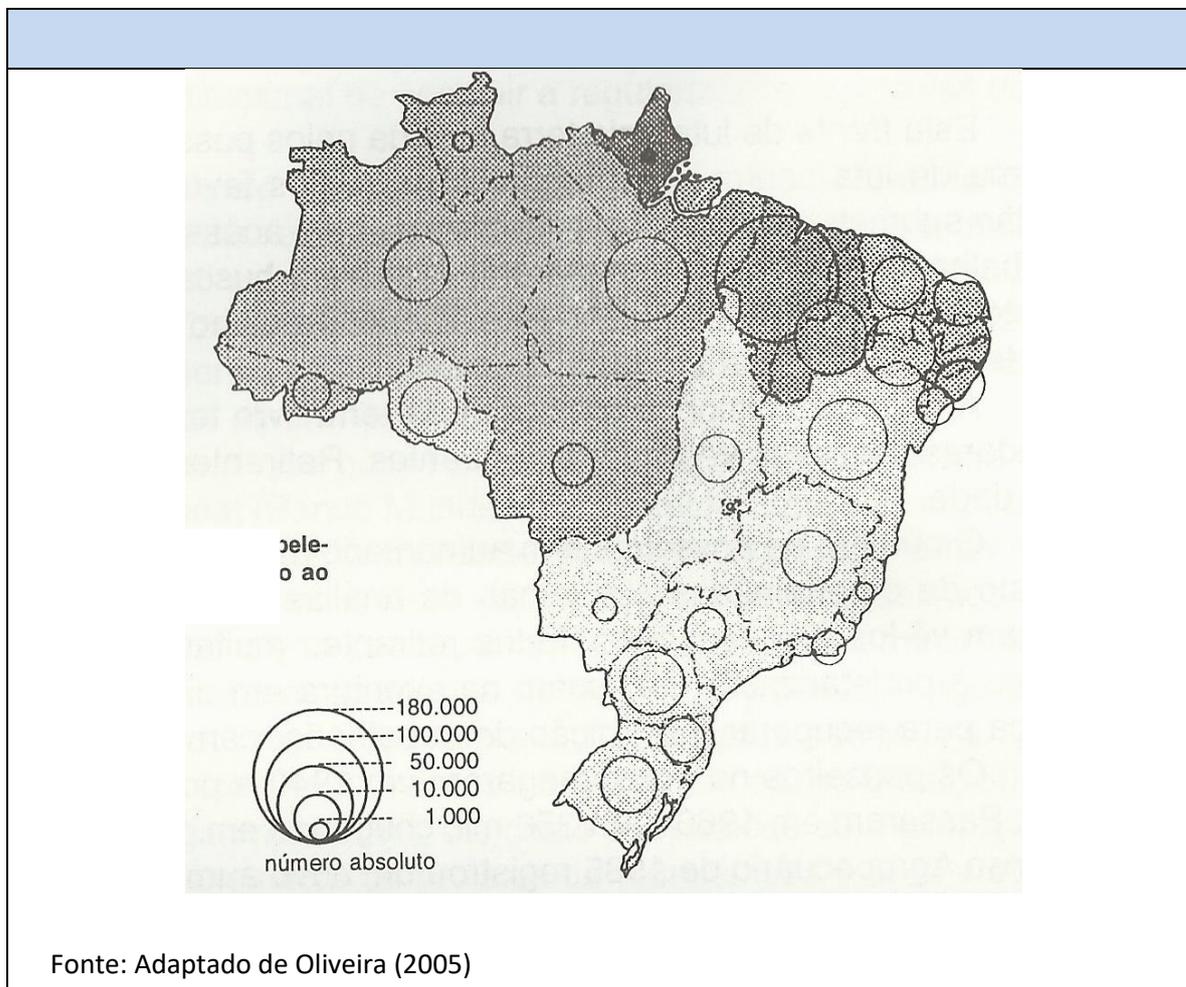
Diante do exposto, surgem os muitos movimentos sociais de reivindicação de justiça nos locais onde ocorrera a ausência do Estado, no sentido da proteção inexistente aos expulsos, por não haver leis que pudessem garantir o direito da parcela da população vítima.

São numerosos os movimentos sociais rurais que expressam diferentes aspectos dessas lutas, desde há muito tempo: Canudos, Joazeiro, Contestado, Trombas e Formoso, Santa Fé do Sul, Oeste Paranaense, Nonoai. Sul do Pará, Rondônia e outros, em diferentes partes da sociedade agrária. (IANNI, 2004, p.252)

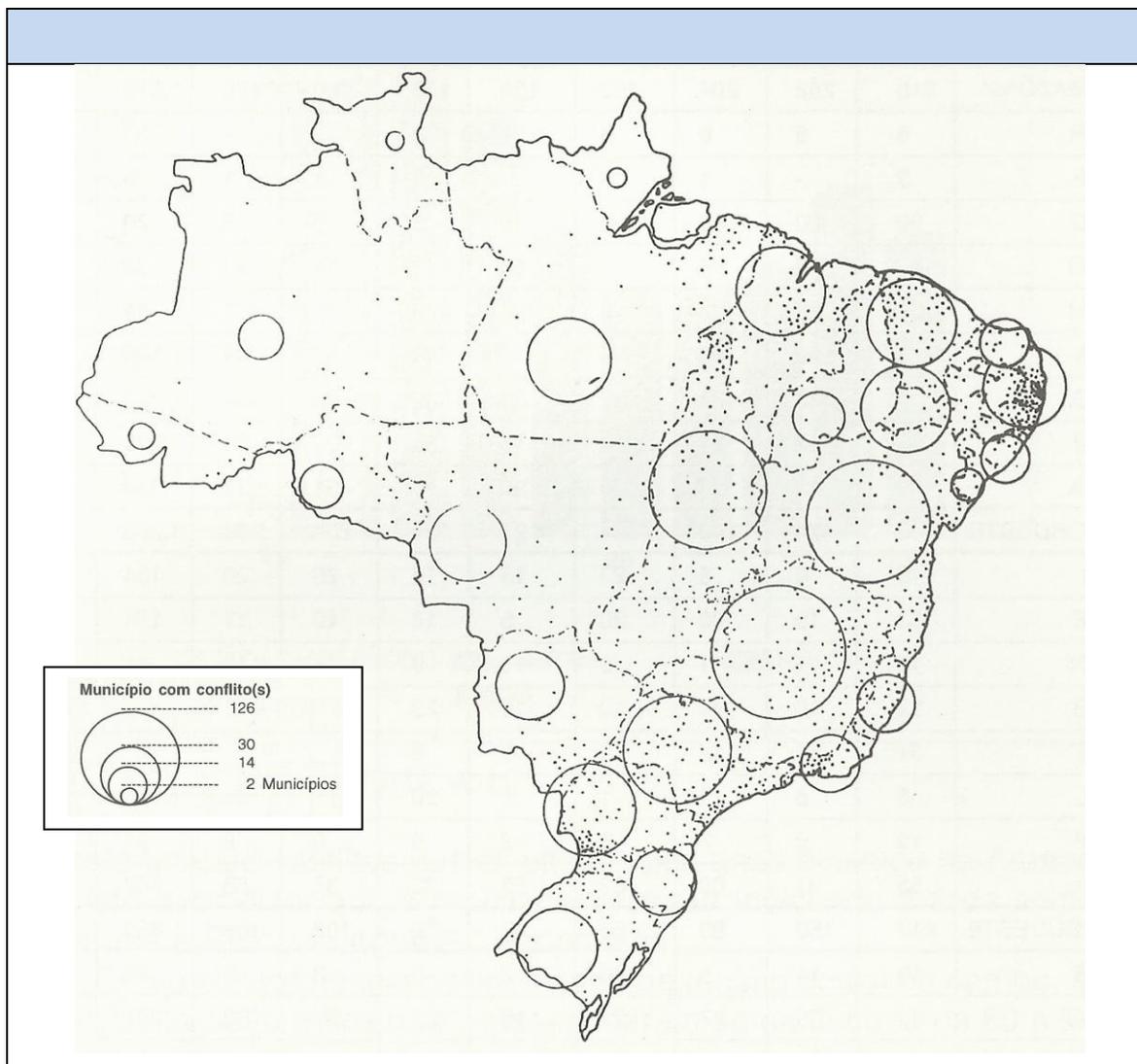
O Oeste do Paraná, como mencionado anteriormente, e em Assis Chateaubriand, pela lógica empregada à posse das terras, não havia como ficar fora dos mapas de conflitos existentes relacionados à forma de ocupação ou colonização das terras.

Conforme levantamento feito por Oliveira (2005), as regiões no Brasil onde havia registros de posseiros na década de 1980, e conflitos de terras entre 1985 e 1986, aparecem distribuídas nos mapas a seguir, os quais demonstram a região Oeste paranaense como sendo um dos centros de conflitos no tocante à questão da terra:

FIGURA 2 - Distribuição dos posseiros nos Estados Brasileiros na década de 1980/1981



**FIGURA 3 - Municípios brasileiros com registros de conflitos sobre a terra
1985/1986**



Fonte: Adaptado de Oliveira (2005)

No caso específico de Assis Chateaubriand, a existência de disputas sobre a terra teria marcado até a década de 1980, confirmando a estatística realizada por Oliveira (2005), que mostra, na mesma época, a existência de posseiros na região Oeste do Paraná (figura 3), assim como a também existência de conflitos sobre a questão da posse das terras, fator que em Assis teria gerado a exclusão de muitos de seus primeiros moradores desde o início do seu território.

Outra questão a ser destacada é que, assim como citado anteriormente a respeito das formas de posse das terras no Brasil e no Paraná, nota-se a

possibilidade de ter havido privilégios concedidos pelo governo do Estado aos proprietários das terras onde hoje se encontra o município de Assis. Isto porque o governador Lupion também teria parte na chamada Gleba Santa Cruz²⁰, cuja área sofria contestação de posse movida pela União, pois seriam terras devolutas e área de fronteira²¹.

Assim sendo, enquanto a CNP lutava pela confirmação de posse da gleba, já estava em ocorrência, de forma paralela, a expulsão das muitas famílias que desde antes da colonização povoavam as terras que seriam comercializadas.

²⁰ "parte da gleba Santa Cruz fora apropriada, também, por Moysés Lupion, que a transferiu para outras colonizadoras e imobiliárias" (COLOGNESE, 1999, p. 59)

²¹ Art. 1º É vedada, nos termos do art. 180 da Constituição, nas zonas indispensáveis à defesa do país, a prática de atos referentes à concessão de terras, à abertura de vias de comunicação à instalação de meios de transmissão, à construção de pontes e estradas internacionais e ao estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança da Nação sem o prévio assentamento do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. As autorizações poderão ser a qualquer tempo modificadas ou cassadas pelo referido Conselho.

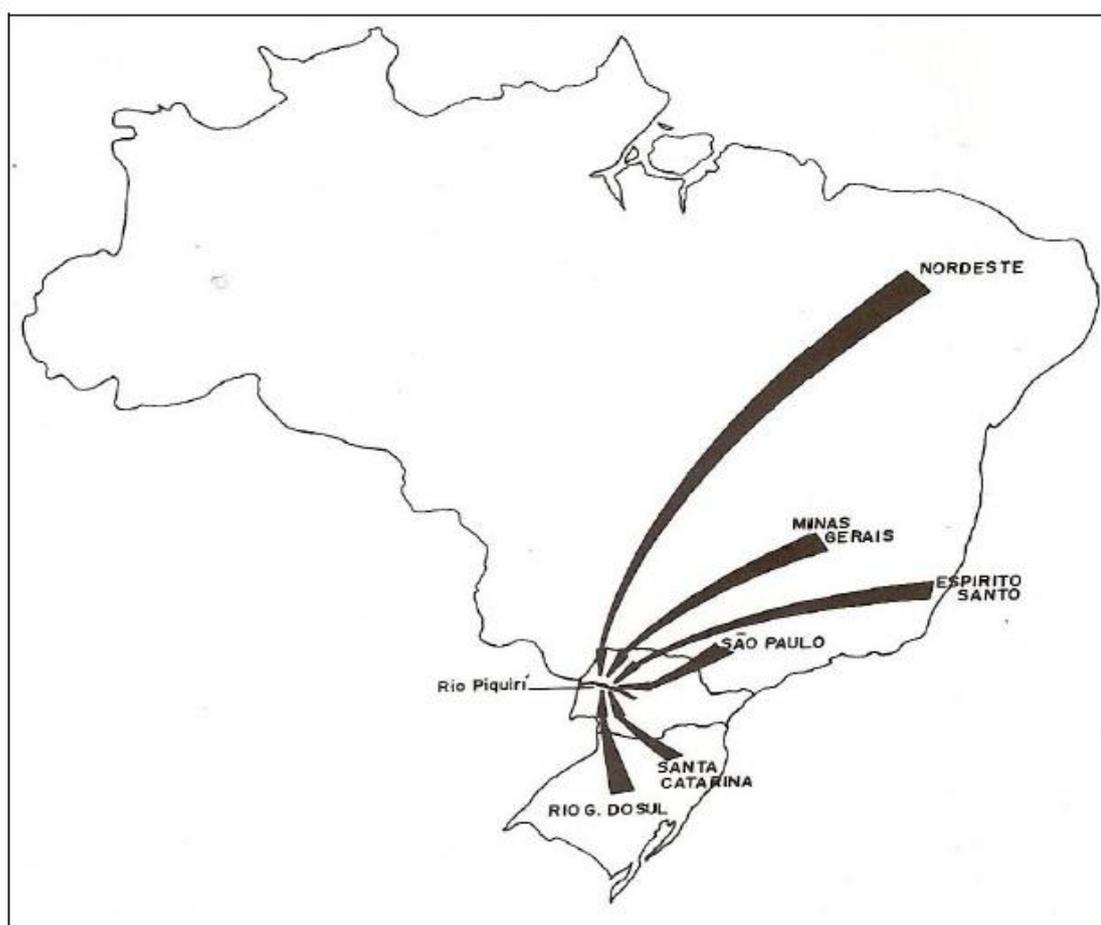
Art. 2º É considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação (Lei nº 2.597 - de 12 de setembro de 1955).

2.1 A dinâmica populacional de Assis Chateaubriand no contexto de sua colonização e emancipação política

O município de Assis Chateaubriand possui uma história muito peculiar no que diz respeito à sua criação, sobretudo nos fatos que causaram a atração de povos de várias regiões do país para que ali viessem a se instalar a partir da década de 1960. Tal história nos remete a um fluxo extraordinário de pessoas que foram atraídas pelo interesse de possuir algumas das terras que estavam sendo abertas para serem comercializadas.

De acordo com levantamento feito por Souto (1996), conforme demonstrado na figura abaixo, nota-se as regiões origens dos que migraram compondo a população local.

FIGURA 4 - Regiões origem dos migrantes de Assis Chateaubriand



Fonte: SOUTO MAIOR, 1996, p.56.

E, na sequência da história, após a chegada de pessoas de várias regiões do país, o que veio a ocorrer foi um grande refluxo da população que esteve presente no início do município de Assis.

Segundo dados do município, presentes em seu portal da internet, na década de 1970 a população chegou a ser contada em 112 mil habitantes²². Contudo, hoje, Assis possui cerca de um quarto deste número inicial, indicando que muitos não tiveram as condições necessárias para sua manutenção e estabilidade social no local, cujos fatos determinantes dessa mobilidade populacional serão abordados mais à frente.

O IBGE, em estimativa realizada, também considerou que Assis Chateaubriand chegaria a ter cerca de 113 mil moradores para meados da década de 1970²³. Essa convicção numeral era possível ser pensada pelo fato de que, conforme consta em registros históricos, todos os dias chegavam mais e mais famílias para o local, na intenção de obter a chance de posse de terras para manutenção de suas vidas, o que não foi possível a todos.

Como exemplo de tais registros, sobre o crescimento populacional de Assis, Souto Maior (1996), ressalta as manchetes que veiculavam nas mídias da época:

O município de Assis Chateaubriand, graças ao seu crescimento vertiginoso na década de 60, conheceu dias de glória suscitando reportagens triunfalistas na imprensa nacional como este exemplo extraído da edição do dia 13 de maio de 1969, do jornal "Diário de São Paulo": "Assis Chateaubriand, uma cidade do Oeste do Paraná, tem um problema muito grave e pouco comum: está crescendo demais" (SOUTO MAIOR, 1996, p. 131)

Por ser uma localidade de terras muito férteis, Assis atraiu grande número de pessoas interessadas em adquirir propriedades para a agricultura, em pequenas ou grandes propriedades. Mas também atraiu a muitos, isto é, a maioria da sua população inicial, para trabalhar para os novos proprietários, os quais também tinham a esperança de serem proprietários da tão sonhada terra.

No início, aqui aportaram homens e mulheres de todas as partes do Brasil e do mundo. A ambição, o dinheiro, o mulhero [...] a desordem, imperavam, fazendo o município crescer demograficamente e economicamente, num galope incontido" (SOUTO MAIOR, 1996, p.125)

²² Dados presentes no site do município de Assis Chateaubriand, disponível no endereço <http://assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=d0b23dabb7ncd0&id=1349> - acesso em 14.09.2015

²³ Informação constante em: IBGE. Anuário Estatístico, 1975, p. 109 - Estimativa populacional de Assis Chateaubriand 1975/1976.

A dinâmica populacional de Assis, contudo, não pode ser abordada apenas em seu aspecto numérico. Apesar dos números impressionarem, há que ser considerado, sobretudo, o contexto e o processo social, ou seja, as condições dos que migravam e formavam o município, se distanciando da generalidade que o termo população expressa.

O termo população guarda em si um significado de grande generalidade. Ao mesmo tempo em que pode ser estendido ao conjunto dos homens, também pode englobar outros conjuntos, como o dos animais e das plantas, representando a totalidade de indivíduos que habitam uma localidade. (Ross, 2005, p. 394)

A generalidade tende a esconder os problemas ou intenções decorrentes dos motivos que levavam os muitos migrantes a "escolherem" Assis para morar.

Os migrantes que se dirigiam para Assis foram atraídos pela expectativa de lograrem melhor sobrevivência a partir do acesso à terra. De acordo com Milone (1991), os fatores responsáveis para o entendimento do processo migratório, está em elementos que ora atraem, e ora expulsam.

[...] procura-se explicar os movimentos migratórios através dos fatores de atração e expulsão. Desta maneira, considera-se o fenômeno migratório como resultante do inter-relacionamento que se processa entre as forças de atração e expulsão que atuam nas regiões de saída e chegada dos migrantes. Em geral, os indivíduos são expulsos das áreas rurais por fatores, tais como sistema de exploração da terra, termos de trocas desfavoráveis etc. Já os fatores de atração são: emprego, educação, habitação etc. (MILONE, 1991, p. 42).

Em Assis, as terras férteis e o sonho de possuí-las eram os motivos de atração e interesse dos migrantes. Contudo, a excludente apropriação da terra para a maioria, e as transformações ligadas à modernização da agricultura, culminaram num processo de expulsão de muitas famílias que, à margem das condições de subsistência e de se desenvolverem em Assis, viram o seu "sonho se transformando em pesadelo".

Relatos como o de Anita Seyboth, que chegara a Assis no ano de 1961, vinda da cidade de Marechal Cândido Rondon, expressam o seguinte, acerca da grande quantidade de pessoas que em Assis Chegavam:

Em 1961/1962, chegava tanta gente em Assis Chateaubriand que pareciam até formigas. Eram armadas barracas com lonas até construírem seus ranchos cobertos com folhas de coqueiros. D. Anita sempre socorria as pessoas com água, remédios caseiros, vendia

galinhas, mandioca. Sua primeira vizinha foi a D. Helena Siloti (SOUTO MAIOR, 1996, p.299).

Segundo Souto Maior (1996, p. 299 e 301), eram tantas pessoas que chegavam a Assis que se improvisavam moradias numa espécie de acampamento para os muitos deslocados de suas origens, numa tentativa de minimizar as dificuldades pela falta de estrutura do local.

O exemplo do acampamento referido acima, é o que menciona Singer (1998), ao tratar do migrante recém-chegado. A recepção do novo migrante seria realizada, geralmente, pelo migrante mais antigo, o qual já estivera na condição do mesmo. O mais antigo seria aquele, portanto, que já contribuiu para caracterizar, em certa medida, o novo lugar e aparece como sendo um representante do mesmo para os que chegam.

A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isso significa que o lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior. (SINGER, 1998, p.57).

O mesmo autor também menciona que "os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam" (SINGER, 1998, p.40).

Desta forma e, portanto, a maioria dos migrantes que se dirigiu para Assis já estaria sofrendo com algum fator de exclusão que, conseqüentemente, fazia com que houvesse um processo de expulsão dos tais de suas áreas de origem. Assim, os migrantes buscavam a mudança, acreditando que na nova localidade poderiam ter o que lhes fora difícil anteriormente, em termos de possibilidades de subsistência.

Vale ressaltar, contudo, de acordo com Gregory (2002, p.240), que "migração não tem sempre e em todos os lugares uma relação direta com pobreza, falta de terras e de alimentos". Segundo o autor, a perspectiva de capitalização também seria motivo de alguns migrarem. Neste viés, pode-se dizer que uma pequena parte dos que vieram para Assis não eram desprovidos de condições econômicas/financeiras. Estes seriam os que, pelo ato de migrar,

buscavam aumentar um capital que já possuíam, vendendo suas propriedades antigas para comprar algumas novas.

Porém, a grande maioria dos migrantes de Assis foi composta pelos que fugiam de condições adversas, de dificuldades e exclusão às oportunidades nos locais de onde saíram. Martins (1997), tratando acerca do termo exclusão, menciona que processos contraditórios são geradores de vítimas sociais que se mantêm à margem da sociedade. E a exclusão seria o resultado obtido por tais processos.

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. (MARTINS, 1997, p.14)

O autor também nomina a pobreza como sendo aquilo que seria a própria exclusão. Nesse sentido, pelo estado de pobreza, bem como pela existência de um inconformismo com tal estado, surge o elemento motivador das lutas, da resistência e, inclusive, dos processos migratórios. “É preciso, pois, estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de consequências” (MARTINS, 1997, p.18).

A posse da terra restrita a alguns poucos, e a diminuição de condições de subsistência para muitas pessoas, em várias partes do país, fez com que houvesse, em grande medida, tal estado de pobreza que resultava em migrações, como a ocorrida para Assis. Os migrantes seriam aqueles que resistiam à situação de exclusão vivida, se retirando de uma condição ruim para, quem sabe, encontrar uma que pudesse ser melhor.

Ainda segundo o autor, seria o "sistema capitalista", o qual contribui para a acumulação de riqueza de alguns, o grande motivo da existência das desigualdades que geram as migrações pois, geralmente, “o sujeito é obrigado a sair temporariamente para outro lugar em busca de meios de sobrevivência”; uma vez que para a sociedade capitalista, normal é aquele indivíduo que migra. (MARTINS, 2002: 125).

Nessa mesma lógica, o capitalismo também aparece como elemento que desfaz raízes e exclui de forma brutal a muitos.

O capitalismo na verdade desenraíza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. (MARTINS, 1997,p.32)

Muitos dos desenraizados e excluídos, de várias partes do país, se tornaram nos migrantes de Assis, os quais formaram não somente a grande população inicial da cidade, mas também o excedente dela. Pela falta de condições de trabalho e possibilidade de posse de terra para todos, uma parcela excedente da população, se obrigou a deslocar-se, novamente, para outras regiões, na perspectiva de subsistência.

[...] os homens fazem essa migração temporária e cíclica unicamente para não ser uma boca a mais na casa de origem. Surge, assim, um enorme problema nacional: os excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para os quais não existe lugar estável de trabalho e vida, sendo absorvidos pela economia marginal e precariamente. (MARTINS, 1997,p.72).

Numa época onde políticas públicas praticamente eram inexistentes, não somente na questão do povoamento de Assis Chateaubriand, mas também de muitas outras localidades, os migrantes não puderam contar com outra ajuda que não fosse a deles mesmos. Pela ausência do Estado para proporcionar condições aos camponeses, o que imperava, na época, era uma espécie de lei do *'quem puder, faça acontecer'*.

O papel das políticas públicas, na criação dos novos territórios, deveria ser o de diminuir as desigualdades geradas no processo dos povoamentos. Contudo, de acordo com Castro (2005, p.201), "o espaço brasileiro é marcado por fortes disparidades de povoamento, de atividades produtivas, de distribuição de renda, de educação, de equipamentos, sociais etc."

Segundo Martins (1997), o papel do Estado na resolução dos conflitos gerados, pela ausência de direitos, seria o de fazer considerar aqueles a quem mais precisam: os menos favorecidos.

Se o conflito é o conflito do Brasil arcaico e o Brasil moderno, é preciso não esquecer a responsabilidade social das elites e do estado na sua solução. É preciso não esquecer os encargos sociais da modernização. As elites deste país têm demonstrado desde a abolição da escravatura, quando os ex-escravos foram abandonados

à própria-sorte, que os trabalhadores e os pobres são considerados residuais e descartáveis". (MARTINS, 1997, p.59)

Pela inexistência de políticas públicas que poderiam fazer valer o direito da terra e do trabalho por meio dela, a única forma de sobrevivência para os menos favorecidos coube ao trabalho em terra alheia, pertencente aos grandes proprietários.

Cessada a escravidão, era necessário criar um mecanismo que tornasse o trabalho nas terras dos fazendeiros o único meio de sobreviver. O direito de propriedade da terra que se implanta no Brasil nesse momento, e em vigência até hoje, tem essencialmente essa finalidade: tornar o trabalho em terra alheia, em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres (MARTINS, 1997,p.66)

Assim, pela desconsideração de muitos agentes, vão surgindo movimentos sociais em decorrência das situações pendentes. Segundo Martins (1997, p.115), "os movimentos sociais existem enquanto existe uma causa não resolvida. Se o problema se resolve, acaba o movimento". Um caso típico de movimento que o autor destaca é o do Movimento dos Sem Terra que, sem previsão de resolução de sua pauta, se "institucionalizou" em nossa sociedade.

No caso de Assis, a luta pelo o direito à terra teria resultado, inclusive, na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis Chateaubriand no ano de 1973. Segundo Augustinho Bukoski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão, o sindicato em Assis teria surgido para fortalecer a luta dos posseiros, numa tentativa de obterem proteção diante das pressões ora vividas por eles. Segundo Bukoski, acerca das terras em Assis, elas eram "de domínio da União, titulada de uma forma errônea pelo governo de Moysés Lupion, em 1950, e que desde aquela época, os agricultores lá estavam sendo pressionados para sair"²⁴. Assim, o movimento de resistência e luta em Assis ia no sentido de fazer prevalecer o direito à sobrevivência, com a terra que muitos também teriam direito.

Os diversos movimentos pela justiça, pela terra, pelo trabalho, dos quais surgiram e surgem situações de migrações, têm a ver com uma questão

²⁴ JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Trecho de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUc1p9VD0. Acesso em 22.06.16

importante em sua essência, de existência. Tal essência trata-se da própria condição humana, na busca pelo que lhe é necessário à sobrevivência. Por isso, de acordo com Martins (1997),

É importante colocar como princípio a condição humana no cerne das questões sociais; e isso reconhece que (...) os excluídos e os penalizados pela brutalização política e econômica não perdem a sua condição humana com o desenvolvimento capitalista. E por isso, não perdem o direito àquilo que os faz dignos e humanos, que são as condições de sua sobrevivência". (MARTINS, 1997, p.139)

Por esta causa, a dinâmica da população inicial da cidade de Assis, tanto de chegada como de saída, precisa ser entendida não somente no âmbito dos números apresentados, uma vez que ela era motivada por muitos, a saber a maioria, que resistiam à condição de pobreza. Segundo Ross (2005), a visão numérica, apenas, não possibilita entender todas as condições da vida dos que compõem a população de um local

Segundo o autor,

[...] quando o estudo da população se refere aos homens, torna-se pouco ético deixar de considerar a existência na sua condição humana. Sabemos das dificuldades relativas a um tipo de abordagem como esta, que procura chegar à da subjetividade da condição humana, mas esse é o desafio que as ciências humanas têm que enfrentar, se quiserem superar a frieza da objetividade dos números. (Ross, 2005, p.395).

Noutras palavras, Ross (2005), expressa que quando o assunto é população, deve-se considerar em que condições tais pessoas compuseram o ambiente, isto é, suas intenções, frustrações, dramas, e violências vividas, dentre outras possíveis situações no processo de migração. Mesmo que o ato de migrar tenha sido voluntário, para a maioria dos casos ele está ligado à condição de pobreza, no sentido de ser um comprometimento da própria sobrevivência. Tal compreensão contribui para se retirar a frieza dos números que são apresentados, humanizando-os.

A abordagem numérica e a crítica não são excludentes. Pelo contrário, elas se complementam. De um lado, uma simples apresentação numérica descritiva da população reveste-se de um pragmatismo alienante. De outro lado, uma crítica sem fundamentação em realidades empíricas que os números nos podem revelar quando muito poderá ser um simples exercício de retórica. (Ross, 2005, p.384)

Não se deve visualizar apenas os números populacionais, mas as consequências socioculturais oriundas dos processos migratórios. Trata-se de

atentar ao aspecto humano do fenômeno da dinâmica populacional que, em Assis, foi bastante peculiar em alguns aspectos, os quais serão melhor abordados à frente. Contudo, o ocorrido em Assis não foi diferente de outros movimentos de migração, isto é, no que diz respeito ao fato das pessoas migrarem pela necessidade de subsistência ou pela perspectiva de melhora, cujos fatores cooperavam para o rompimento com um lugar de origem, fazendo iniciar a busca por uma reintegração em um novo local.

Ruptura e reintegração são processos que acompanham os migrantes, quase sempre junto com conflitos tanto de natureza psicológica como sociocultural. O sentimento de perda em relação ao lugar de origem é vivido conjuntamente com o da esperança de conquista em relação ao novo. (Ross, 2005, p.395).

Assim e, no início do território de Assis, o crescimento populacional se intensificava dia após dia por aqueles que tinham expectativas de desenvolvimento por meio das terras locais, sendo a maioria deles desprovidos de muitos direitos, sobretudo daqueles referentes à possibilidade de aquisição e apropriação da terra local.

Na sequência, em 1966, por uma estratégia política para viabilizar a emancipação do município, houve um contingente ainda maior de migrantes se dirigindo para Assis. Oscar Martinez, proprietário da Colonizadora Norte do Paraná, elaborou um plano para que o território que se chamava Tupãssi e que era distrito de Toledo se tornasse emancipado. Tal plano foi preciso pois, segundo Boritza (2008, p.23), "o então prefeito do município de Toledo, o Dr. Campanholo, não aceitava a separação, ameaçando inclusive de romper com o governo do Estado, caso isso ocorresse".

Segundo Boritza (2008, p.23), a estratégia adotada por Martinez se deu pela influência de uma personalidade que era muito conhecida no Brasil, isto é, a do Jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, para intervir junto ao governo do Estado do Paraná que, na ocasião, era o Sr. Paulo Pimentel, a fim de realizar a criação do novo município que levaria o nome do jornalista, ainda vivo.

O Dr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, era dono de dois canais de televisão e diversos jornais. Só esse fato já bastava para tirar vantagem colocando seu nome no município. A divulgação da criação deste município foi em cadeia nacional. O município começou a aparecer em várias manchetes de jornais brasileiros que publicavam artigos tais como: "Assis Chateaubriand é cidade do Paraná", "Assis

Chateaubriand agora é algo diferente”, “Acaba de nascer Assis Chateaubriand” (BORITZA, 2008, p. 24)

Souto Maior (1996, p.52), menciona que o jornalista Assis Chateaubriand era, inclusive, "particular amigo" de Oscar Martinez, o que conseqüentemente facilitava o acesso e realização do pedido que lhe renderia a homenagem de conceder à cidade o seu nome.

Por esses fatos é possível entender que não foi por acaso que a cidade de Assis Chateaubriand continuava a atrair muitos povos e etnias para tentarem se desenvolver no, agora, município emancipado. Além das virtudes das terras já mencionadas, vistas como uma das mais férteis do Brasil, a partir da criação do município no ano de 1966, o local passou a ganhar um marketing nacional feito pelos meios de comunicação do jornalista que noticiavam a façanha de sua honraria recebida em vida, isto é, de ter um município recém-criado com o seu nome.

Tal marketing contribuía para atrair um número ainda maior de pessoas que desejavam possuir um pedaço de terra para poder cultivar. Trabalhadores que, segundo Souza (2002)

[...] é a pessoa que está procurando a reinclusão na sociedade através do meio mais seguro para que o expropriado e desenraizado tenha uma inserção estável nas relações sociais. O sujeito é obrigado a sair temporariamente para outro lugar em busca de meios de reprodução da vida, o que caracteriza a forma mais dramática de migração: a migração temporária. Aliás, é normal na sociedade moderna a migração. O que não é normal é não migrar. (SOUZA, 2002, p121-126)

Muitos dos que migraram para Assis, contribuindo com a dinâmica de sua população, faziam parte dos que buscavam alternativas de reinclusão através das possibilidades de posse da terra que era noticiada em muitas das mídias do jornalista Assis Chateaubriand, o qual serviu de utilidade para a emancipação e criação do município.

No que diz respeito à emancipação do território que passou a ser chamado de Assis Chateaubriand, a cerimônia aconteceu em um evento na região central da cidade que contou com a participação do ator Lima Duarte, como uma espécie de mestre de cerimônia, a pedido do próprio jornalista Chateaubriand.

O jornalista, conhecido por "Velho Capitão" se fez presente no dia da emancipação político-administrativa do município, acompanhado do governador do Estado da época, Paulo Pimentel, além de políticos de

todo o Brasil. Aproximadamente 15 aviões pousaram no antigo aeroporto naquele dia. Era 20 de agosto de 1966. Chateaubriand já se encontrava com a saúde bastante debilitada, em razão de uma trombose. Como não podia mais falar por causa da doença, seu discurso foi lido pelo ator Lima Duarte, seu funcionário na extinta TV Tupi, que o acompanhava, empurrando sua cadeira de rodas. A grande festa foi realizada na praça São Francisco de Assis, em uma barraca montada no meio da rua. Vários bois foram assados para o dia, sendo que ao final sobrou muita carne, que acabou sendo levada pela própria população. Segundo Rudy²⁵, "o jornalista Chateaubriand só comia frango; então mandamos preparar alguns pra ele", lembrou.²⁶

O documento abaixo, da Assembleia Legislativa do Paraná e com data de 17 de Agosto de 1966, indica a sanção do governo do Estado a favor da Lei 5389 que criava o município de Assis Chateaubriand.

FIGURA 5 - Protocolo da Assembleia Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	
Iniciativa do	Dep. Egon Pudell.-
Natureza do Processo	Eleva a categoria de município, o atual distrito administrativo e judiciário de Assis Chateaubriand.-
N.º	227/66
Entrada	26-4-66
VOTAÇÃO DO PLENÁRIO	
Aprovado em	3º
Rejeitado em	
Aprovado a Redação final em	
à SANÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO em 17/8/66	
Sanccionado em	c/ Ofício N.º
Lei n.º 5389	D. O. n.º 150 de 30/8/66
APRECIÇÃO DO VETO	
Aprovado em	
Rejeitado em	
PROMULGAÇÃO	
A promulgação em	
Promulgado em	
Lei n.º D. O. n.º de	

Foto: acervo de Ademir de Brito (Jornal O Regional)

²⁵ Rudy Alvarez - 1969 a 1973 - primeiro prefeito do município. Conforme informação do portal do município na internet, no endereço: <http://assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=d0b23dabb7ncd0&id=1349> - acessado em 12.02.2016:

²⁶ Conforme informação do portal do município na internet, no endereço: <http://assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=d0b23dabb7ncd0&id=1349> - acessado em 12.02.2016:

O jornalista Assis Chateaubriand veio a falecer dois anos após a emancipação do município e, apesar da homenagem concedida a ele, não se verifica no cotidiano atual e nas características do município elementos que fazem referência do seu papel, bem como das personalidades que junto a ele estiveram envolvidas no evento da emancipação. O que se constata é que essas pessoas tiveram, apenas, importância estratégica para que fosse possível a emancipação do território de Assis, o que evidenciava a existência de um conflito político acerca do desmembrando do território em questão com os governantes da cidade de Toledo, fato que pôde ser resolvido mediante a participação do jornalista, como elemento de grande influência diante das forças políticas da época.

A reprodução do documento abaixo, que é um telegrama do Jornalista a Oscar Martinez fazendo menção de que estaria tudo certo para a vinda dele à solenidade de emancipação do novo município, deixa claro a inexistência de seu interesse ou de sua ligação com a cidade quando diz que a "confusão" na qual ele estava sendo envolvido, isto é, a briga pela criação do referido município, não era assunto no qual gostaria de estar ocupado, portanto, algo distante de sua vontade. Não é por acaso que hoje não se encontram muitas referências do "importante homem" que deu o seu nome para o município.

FIGURA 6 - Telegrama de confirmação da vinda do jornalista para cerimônia de emancipação do município

<p style="text-align: center;">THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY LIMITED</p> <p style="text-align: center;">TELEGRAMAS INTERESTADUAIS E PARA O MUNDO INTEIRO (VIA WESTERN UNION INTERNATIONAL DATA AMÉRICA DO NORTE)</p>		
<small>CHEFETE, NÚMERO, HORA DE TRANSMISSÃO E TELEGRAFIA</small> <small>INDICAÇÕES</small>	<small>PALAVRAS</small>	<small>TAXA</small>
	<small>HORA</small>	<small>Q. TREV.</small> <small>TOTAL</small>
<small>Não havendo qualquer indicação de categoria este telegrama será considerado como ordinário.</small>		
<small>Para</small> Oscar Martinez <small>Enviar</small> s/c do Secretário do escritório - para ser passado pelo Radio -		SP-20/7/66-IBG
<p style="text-align: center;">GOVERNADOR PARANÁ MANDOU COMUNICAR JÁ PRONTO DECRETO ELEVANDO "ASSIS CHATEAUBRIAND" CATEGORIA MUNICIPIO VG FAZ QUESTÃO ASSINAR DECRETO PESSOALMENTE SÉDE NOVO MUNICIPIO ASSIS CHATEAUBRIAND . VOCÊ DEVERÁ COMBINAR COM ELE DIA IREMOS AVIÃO RECEBEREMOS "ASSIS CHATEAUBRIAND" PT NÃO INVENTEI NADA DISSO NO PARANÁ - VOCÊ AUTOR DESTA CONFUSÃO MEU NOME METIDO NUM BURGO SERTÃO PARANAENSE PT VENHA LOGO PT QUEM PARIU MATEUS QUE O CRIS E O ENDALE PT Abreços Chateaubriand</p>		
<small>Nome</small> _____ <small>Endereço</small> _____ <small>Para que este telegrama seja transmitido com os dados (em inglês) indicados no verso deste formulário, com as suas alterações.</small>	<small>Taxa</small> _____	<small>Nº do Conto Corrente</small> _____
CHAMA-SE A ATENÇÃO PARA A NECESSIDADE DE ESCREVER LEGIVELMENTE.		
<small>3-41</small>		<small>02.1.14 1965</small>

Foto: acervo de Ademir de Brito (Jornal O Regional)

Tais "protagonistas" e políticos, isto é, CNP e pessoas utilizadas para a mediação dos trâmites legais de criação do município junto ao governo do Estado, trabalhavam numa espécie de viés corporativo, de ajuda mútua entre os poderosos, criando as condições necessárias para a confirmação de sua acumulação e dominação do capital. Tal trabalho corporativo desconsiderava a muitos outros agentes locais, os quais estariam sendo expulsos para o comércio das terras locais.

Uma das únicas referências que se vê a respeito do jornalista no município que leva o seu nome é o contínuo e automático ensino do hino municipal chateaubriandense, o qual é passado às crianças das séries iniciais do ensino fundamental onde, na letra e melodia de Paulo Novaes Silveira, traz o seguinte trecho com referência ao homenageado:

Do bravo homem que lhe deu o nome, há de ser toda pujança e vontade sem igual. Assis Chateaubriand és um marco de esperança, és o corolário de um ideal. Dr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, o seu nome há de ser sempre lembrado, pelos filhos deste solo abençoado.²⁷

Seguindo, contudo, o comércio a que veio a CNP, a foto abaixo mostra pessoas no que parece ser uma reunião de planejamento sobre a cidade de Assis Chateaubriand que, após sua emancipação política em 1966, continuava num crescente aumento populacional.

FIGURA 7 - Assis Chateaubriand após sua emancipação na década de 1960



Foto: acerto de Ademir Brito (Jornal O Regional)

É notório que o cerne da dinâmica populacional de Assis tem ligação direta com as migrações ocorridas para a abertura da fronteira agrícola do Oeste do Paraná. No início do território chateaubriandense, na década de

²⁷ Trecho do hino municipal de Assis Chateaubriand, disponível em : <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=173> - acesso em 22.06.2016

1960, o crescimento populacional se deu pela chegada de muitos migrantes, dos quais a maioria não teve possibilidade de posse da terra.

Milhares de pessoas, com já mencionado, saíram em direção a Assis. Eram tantos a ponto de se ter um problema de acomodação, por não haver espaço para todos²⁸ (foram formados acampamentos improvisados, como destacado anteriormente). Essa acentuada migração se deu, sobretudo, pela divulgação em veículos de massa onde exaltava-se um certo "brilhantismo" do local, isto é, que além de possuir boas terras, tratava-se de um local que levava o nome de uma pessoa muito importante para sociedade da época, proprietária dos meios de comunicação onde o município era noticiado.

Para os que migravam, o interesse sobre as terras locais se dava por dois motivos. O primeiro motivo dizia respeito à maioria dos migrantes. Estes seriam os que fugiam de situações de "exclusão" e pobreza em seus locais de origem e buscavam oportunidades novas em Assis. Por sua vez, o segundo motivo se refere à uma parcela pequena dos que migravam, os quais já sendo proprietários de alguma terra, desejavam aumentar suas posses por meio da aquisição das terras locais.

Desta forma, pode-se afirmar que o crescimento populacional da cidade não foi fruto de um "processo natural", ou seja, da diferença entre nascimentos e óbitos, também conhecido como crescimento vegetativo. Segundo Dantas (2001), esse processo natural

Corresponde à diferença entre os nascimentos e óbitos; é expresso em percentagem. Assim, a taxa de crescimento vegetativo é a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade verificada em uma população em determinado período (geralmente um ano). Quanto maior é essa diferença, maior é o crescimento populacional. Se a diferença entre essas duas taxas for positiva, significa que a população aumentou. (DANTAS, 2001, p.66)

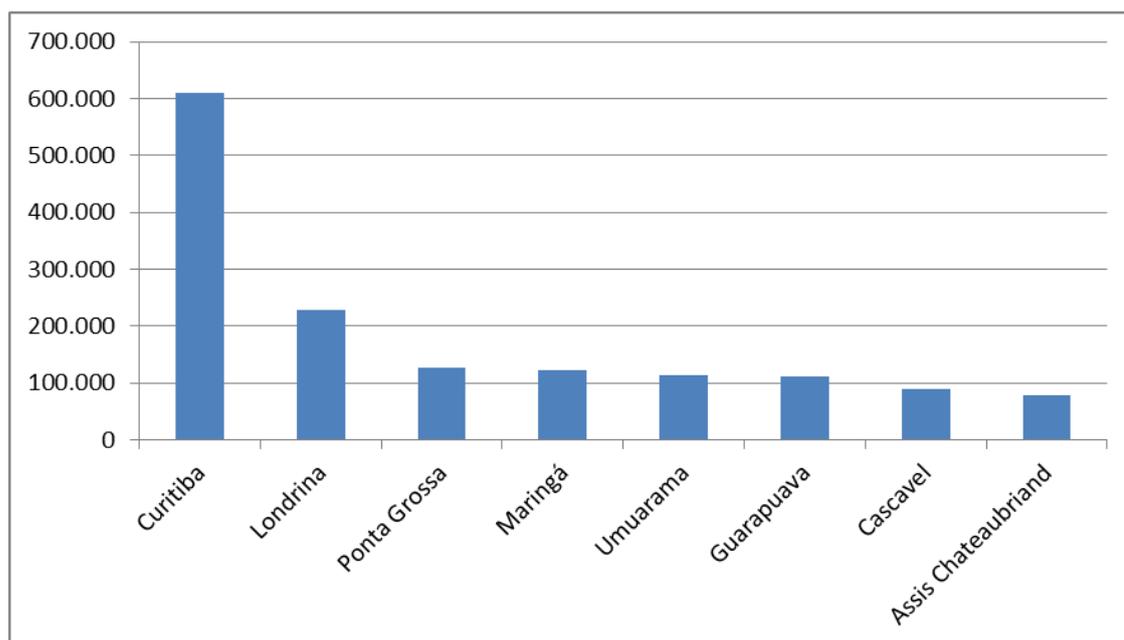
Em Assis, o efeito das migrações contribuiu para a ocorrência de um outro tipo de crescimento, no que diz respeito à sua dinâmica populacional. Tal processo é chamado, segundo Dantas (2001, p.67), de "crescimento horizontal ou migração líquida", o qual decorre da diferença entre os números de pessoas que chegam e saem de um território em determinado período. Assim, como o

²⁸ Edição do dia 13 de maio de 1969, do jornal "Diário de São Paulo": "Assis Chateaubriand, uma cidade do Oeste do Paraná, tem um problema muito grave e pouco comum: está crescendo demais" (SOUTO MAIOR, 1996, p. 131)

número dos que chegavam no início de Assis era infinitamente superior aos que saíam, o município chegou a ser um dos maiores, em população, no Paraná.

Os números levantados pelo IBGE mostravam que o município de Assis figurava entre os oito mais populosos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

GRAFICO 2 - Municípios mais populosos do Paraná - 1970



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970

Oficialmente, no censo de 1970, Assis Chateaubriand apresentava o número de 78.600 habitantes. Já em meados dessa mesma década, em uma estimativa feita pelo próprio IBGE²⁹ verifica-se que a população da cidade, caso seu crescimento demonstrado até o censo de 1970 continuasse a ocorrer, chegaria a ser de 113.667 habitantes em 1975. Porém, tais números não puderam ser confirmados pois naquele tempo, ao contrário de hoje, o IBGE não realizava contagens antes dos censos que ocorrem a cada 10 anos. Vale ressaltar, também, que em 1960, Assis não teve contagem oficial de sua população, pois o local ainda não tinha status de município, o que veio a ocorrer somente no ano de 1966.

²⁹ Informação constante em: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1976, p. 109 - Estimativa populacional de Assis Chateaubriand 1975 /76.

Pela não existência de uma confirmação numérica oficial sobre a população de Assis fica, portanto, uma incerteza sobre a real quantidade dos que migraram para a cidade na intenção de obter as oportunidades de posses com relação às terras. O que existe são apenas estimativas que, para meados de 1970, tentavam dar conta do que fora o auge das migrações ocorridas.

A mobilidade populacional, no caso de Assis, se deu em muito pela decorrência de arranjos que iam em direção de busca de melhores condições de vida das pessoas, ocasionando as migrações internas que, como menciona Singer (1998, p,31), "não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas". E como o território chateaubriandense, na época, trazia um ar de oportunidades para tais arranjos no sentido de possibilidades, atraiu a muitos³⁰, fazendo sua população inicial crescer rapidamente.

O marketing realizado sobre Assis levava uma ideologia que a transformava em "terra de oportunidades" para todos os que se dispusessem a migrar. Evidentemente, como se vê pela história de Assis, tal ideologia não correspondia à exclusão que ocorria no processo de aquisição das terras que eram comercializadas, uma vez que as adquiriam poucos migrantes que tiveram condições financeiras.

A ideologia sobre Assis buscava atrair àqueles que pudessem cooperar com o comércio ali estabelecido, representando o pensamento ou o interesse daqueles que dominavam a situação local. Pode-se dizer que a elite da sociedade local, de modo geral, construiu uma falsa verdade acerca de Assis, encobrendo sua dominação e acumulação que deseja ter de capital.

As ideias [...] da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. [...] cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade [...] como sendo as únicas ideias racionais, as únicas universalmente válidas. (MARX, 1996, p.72 e 74).

³⁰ No início, aqui aportaram homens e mulheres de todas as partes do Brasil e do mundo. A ambição, o dinheiro, o mulherio [...] a desordem, imperavam, fazendo o município crescer demograficamente e economicamente, num galope incontido" (SOUTO MAIOR, 1996, p.125)

De acordo com Marx (1996), a ideologia seria uma inversão do real, uma espécie de ilusão aparente que, assim como houve no marketing de Assis, contribuiu para que muitos acreditassem que realmente houvesse oportunidades para todos, o que de fato não ocorreu.

Chauí (1997), menciona que a ideologia da classe dominante seria, também, a maneira muitas vezes utilizada para o "ocultamento" ou "dissimulação" do que seria a realidade vivida.

Como sabemos, a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as ideias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência, por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos "ensina" a conhecer e agir (CHAUÍ, 1997, p.3-4)

Ainda, Chauí (1997, p.4), diz que "a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado".

Desta forma, pela falsa representação de uma terra de oportunidades, mais e mais pessoas, atraídas pela prosperidade possível em Assis, migravam contribuindo para seu crescimento populacional.

Contudo, pouco tempo após a emancipação do município, o que se viu, em decorrência da modernização da agricultura, foi o surgimento de uma grande escassez de trabalho no campo. O padrão agrícola com as terras que estavam em posse da minoria da população, com a utilização de máquinas em lugar do trabalho braçal, não contribuía para a permanência dos muitos que vieram para Assis.

Um significativo decréscimo populacional no censo de 1980, conforme se vê na tabela abaixo, denotava uma contramão do crescimento populacional de Assis em relação ao país, o que se supõe a ausência de condições para a permanência dos muitos que migraram com expectativas de permanecerem no campo.

TABELA 2 - População Brasileira e Chateaubriandense de 1970 a 2010

Tabela 200 - População residente					
Brasil e Município de Assis Chateaubriand - Pr.					
Brasil e Município	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799
Assis Chateaubriand - Pr.	78.600	54.629	39.737	33.317	33.025

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010

Se no rápido crescimento populacional de Assis houve certa singularidade, pelo marketing e a ideologia da prosperidade do local, o decréscimo da sua população nos anos seguintes da década de 1970 não foi um fato exclusivo do município. Verifica-se que muitos outros municípios do Oeste do Paraná também passaram por um processo de saída de habitantes, na época em que se iniciava a modernização da agricultura.

De acordo com dados do IBGE, verifica-se que ao longo dos anos, a partir da década de 1970, em muitas regiões todo o Brasil, começou a ocorrer uma grande transferência da população rural para as regiões mais urbanizadas.

Os dados contados nos censos até 2010 mostram como o percentual da população urbana cresceu grandemente, demonstrando que o país cada vez menos oferecia condições de manter as pessoas no campo. A tabela a seguir (tabela 3) demonstra a evolução da população urbana do país em percentuais, acompanhado dos números de habitantes contados no Brasil em cada censo:

TABELA 3 – Aumento da população urbana

Ano	Brasil	população urbana(%)
1970	94.508.583	55,9
1980	121.150.573	67,6
1991	146.917.459	75,6
2000	169.590.693	81,2
2010	190.755.799	84,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970/2010

A partir dos dados apresentados na tabela 3, além do crescimento populacional geral do país, fica claro o fato de que dos 190 milhões habitantes em 2010, quase 161 milhões já estariam morando nas cidades, e apenas cerca de 30 milhões ainda no campo.

A partir da tabela a seguir (4) é possível verificar ainda que o crescimento da população urbana estava acontecendo em todas as grandes regiões do Brasil. A tabela mostra que em todas, exceto a Sudeste, a elevação da população urbana quase que dobrou entre os anos de 1970 a 2010, demonstrando que profundas mudanças estavam em ocorrência no país, isto é, com relação às condições de permanência das pessoas no campo, as quais se dirigiam para as cidades na busca do que agricultura estaria deixando de lhes oferecer em termos de meios de subsistência.

TABELA 4 - População urbana nas regiões do Brasil

Grandes Regiões:	Percentual (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	45,1	51,6	59,0	69,9	73,5
Nordeste	41,8	50,5	60,7	69,1	73,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5	92,9
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9	84,9
Centro-Oeste	48,1	67,8	81,3	86,7	88,8

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970/2010

Em Assis, grande parte dos camponeses que estavam sendo expulsos, seguiram a lógica demonstrada nas tabelas anteriores, dirigindo-se para regiões urbanizadas. Porém, muitos outros saíram para novas regiões agrícolas do país, e até fora dele. Schaefer (1985), menciona o fato de muitas famílias terem saído do Paraná e de outras regiões do sul do Brasil, em meados de 1970, na direção ao Paraguai e também Rondônia.

Segundo o autor, os que estavam em retirada eram os expulsos pela impossibilidade de permanecer na terra, e também pelos efeitos da modernização da agricultura.

O Paraná está expulsando em massa os pioneiros e seus descendentes para as novas fronteiras agrícolas do Norte e Centro-oeste do país e mesmo para o exterior. O Paraguai é o país que mais recebe imigrantes brasileiros, em sua maioria vindos do interior do Paraná e Santa Catarina, como de outros Estados Brasileiros. Os emigrantes paranaenses estão abandonando aquele Estado após uma colonização rápida e mesmo predatória. [...] tendo este fluxo em direção ao país vizinho iniciado em 1968. [...] Trata-se de ex-volantes, meeiros e pequenos proprietários que perderam seu lote. (SCHAEFER, 1985, p.36)

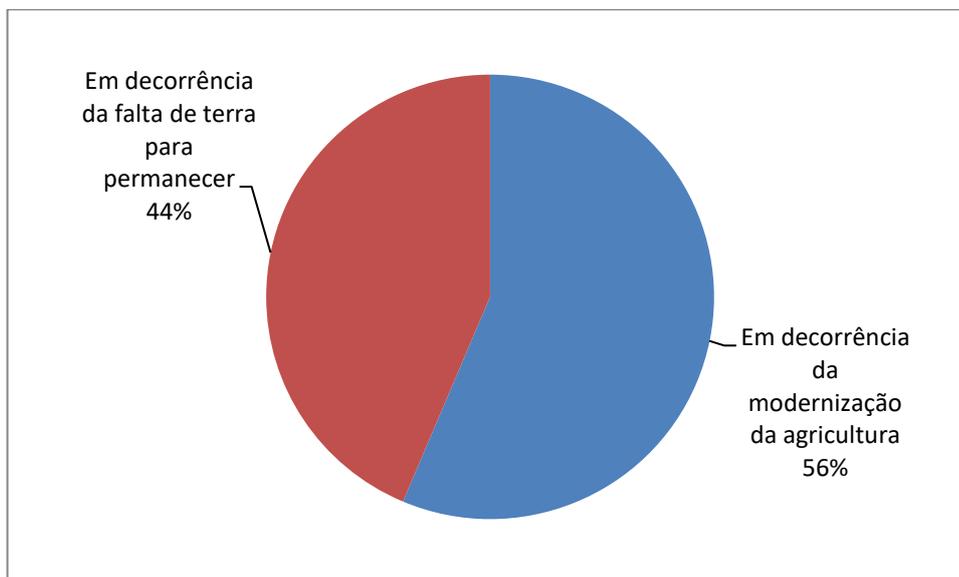
O autor destaca que os retirantes eram os que "não tinham mais terra ou nunca a tiveram, e não tinham condições de comprar outras, [...] Expulsos pela mecanização de terras no Paraná. (SCHAEFER, 1985, p.36).

Sobre o deslocamento para Rondônia, Schaefer (1985), acrescenta que o fluxo de migrantes, sendo muitos do Paraná, durou até meados da década de 1980.

Para o caso específico de Assis Chateaubriand, o refluxo populacional foi muito elevado em comparação a outros municípios da mesma região, isso devido à enorme população que se constituiu na formação de seu território em busca de terra.

Os que se retiraram de Assis eram aqueles que não tinham mais ocupação no campo, os quais despossuídos da terra e, pela modernização, foram substituídos por máquinas. O gráfico abaixo demonstra, em percentuais, os motivos apontados para a saída da população de Assis para outras regiões.

GRÁFICO 3 - Motivos da saída da população



O município de Assis Chateaubriand, que integrava o espaço que ficou conhecido como fronteira agrícola do Oeste do Paraná, uma vez ocupado e colonizado, limitou a possibilidade de um grande excedente populacional às condições de posse da terra, e conseqüente permanência. Assim, a maior parte de sua população inicial, sem as condições de subsistir no município, se retirava fazendo ocorrer um dos maiores êxodos de habitantes entre os municípios do Oeste do Paraná.

2.2 A CNP e a formação da identidade híbrida da população de Assis Chateaubriand

De acordo com Colognese, Gregory e Schallenberger (1999), algumas empresas que atuavam na colonização do Oeste do Paraná, entre as décadas de 1950 e 1960, apresentaram o que pareceu ser um cuidado, ou preferência, para que a venda das terras acontecesse direcionada para determinados povos ou etnias. Gregory (2002, p.94), sobre a colonização do Oeste do Paraná, menciona que "as empresas foram se estabelecendo na região que, mais ou menos, implantaram uma colonização sistemática e seletiva".

Ao contrário do que realizou a CNP em sua comercialização das terras de Assis Chateaubriand, a seletividade dada por colonizadoras de outras regiões contribuiu para que muitas delas viessem a se tornar mais coesas, em termos da identidade de sua população.

Para exemplificar, Colognese, Gregory e Schallenberger (1999, p.44 e 45), mencionam que o trabalho da colonizadora Maripá, em Toledo, resultou numa população de 50% de descendentes de alemães, 40% de italianos e apenas 10% de outros povos. A Colonizadora Matelândia Ltda., em Matelândia, constituiu uma população de 60% de italianos e 40% de descendentes alemães. Da mesma forma ocorreu com a Gleba Céu Azul, onde obteve-se uma maioria de descendentes italianos e alemães; em Santa Terezinha do Itaipu, com 90% de italianos.

No caso da CNP, a venda das terras em Assis, ocorreu sem qualquer preocupação a respeito de quem seriam os possíveis compradores.

Assim e, aproveitando o auxílio que o nome do Jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo trouxe à cidade - pela divulgação do território através de muitos meios de comunicação - a localidade se tornou muito conhecida, Brasil à fora. Milhares de pessoas, das mais diversas regiões, começaram a tomar conhecimento das "terras promissoras" de Assis Chateaubriand, bem como das possíveis oportunidades de posse.

Conforme citado por Souto Maior (1996, p.125), em Assis "aportaram homens e mulheres de todas as partes do Brasil e do mundo", o que significa que, além de várias histórias de vidas e motivos que levavam à migração, também vários costumes e várias culturas chegavam para compor a cidade.

É possível dizer, portanto, que nas cidades mencionadas por Colognese, Gregory e Schallenberger (1999), ao contrário de Assis Chateaubriand, pela existência de migrantes com costumes e conhecimentos próximos, tornou-se mais fácil a visualização de uma identidade local, o que tendeu ser mantida através dos anos seguintes.

Bauman (2005), menciona que “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta”, mas que há uma tendência de mantê-las quando diz que “é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). Porém, no caso de Assis Chateaubriand, que surgiu composta por muitos povos, a visualização de uma identidade mostra-se mais difícil, a um primeiro olhar.

Usando de uma entrevista feita por Souto Maior (1996), com a filha de uma das primeiras moradoras da cidade, que conta sua visão do dia em que sua família chegou em Assis, fica claro o sentimento de muitos que para lá se dirigiam, deslocados de suas origens e costumes, pela necessidade que os levava a migrar. O trecho da entrevistada descrita, foi realizada com a Sra. Fátima de Oliveira que, em 1962 e com 6 anos de idade, saiu com sua família da cidade de Cambé rumo a Assis:

Lembro-me bem do dia em que chegamos ao pequeno povoado de Tupãssi. Foram inúmeros fatos que jamais vou me esquecer. Pensava que tínhamos parado para um lanche, quando meu pai disse: é aqui que vamos morar. Minha mãe chorou muito, pois acostumada na cidade grande e com todo conforto, não se conformava. Para mim e meus irmãos, era tudo novidade. Era tudo muito bonito, mata por todos os lados e as casas no meio, ao final da rua ficava uma pequena capela com uma enorme cruz na frente. (SOUTO MAIOR, 1996, p. 291)

O choro de alguns novos habitantes, como se verifica no depoimento, ia na direção de uma certeza sobre os muitos desafios de se desbravar o local e criar um ambiente para se viver. O choro também transmite a ideia de um certo desespero pelo deslocamento da sua origem, ocorrido pela força da necessidade que impulsionava muitos dos migrantes a buscar melhores condições e oportunidades.

Bauman (2005), menciona o que seria o sentimento de deslocamento, relatando sua experiência de pessoa que viveu como refugiado. Embora o deslocamento de Bauman seja diferente dos motivos dos que migraram para

Assis, a essência é a mesma quando se trata da busca por oportunidades que, muitas vezes e por circunstâncias diversas, foram negadas aos indivíduos.

Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – deslocado. (...) Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda a parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes, perturbadora. (BAUMAN, 2005- p. 18-19)

No deslocamento de Bauman, assim como no deslocamento dos novos moradores de Assis, a semelhança comum se dá no fato de que não foi possível encontrar, a um primeiro momento, conexões identitárias que pudessem minimizar os efeitos da migração e do abandono violento das origens dos que chegavam.

Muitos vieram com a intenção de obter a posse da terra em Assis, mas poucos conseguiram. Esses, portanto, foram os deslocados de suas origens buscando novas oportunidades, dos quais poucos tiveram a chance de desenvolver sua história na cidade. Pela não condição de posse da terra, a maioria se viu impedida das possibilidades de permanecer no município, sobretudo após a modernização da agricultura que agravou a existência de trabalho para muitos deles.

A maioria da população não conseguiu permanecer pela necessidade, pela falta de trabalho. Migraram novamente para outras localidades. Apenas poucos, dos muitos que tentaram, conseguiram permanecer.

Hoje, porém, através da história construída pelos muitos que por Assis passaram, e dos que ficaram, há uma identidade que se manifesta. Contudo, ainda que passados cinquenta e um anos da emancipação do município, tal identidade, para muitos moradores, ainda é de difícil definição, pois tendenciosamente o que ocorre é uma comparação com as cidades citadas no início deste tópico.

O portal de Assis Chateaubriand na internet, mantido pela administração pública, menciona uma lista de etnias dos que vivem em Assis, quais seriam elas: Brasileiros 90%, descendentes de Japoneses 5%, de Italianos 2,5%, de Alemães 0,2% e outros 0,5%.³¹

³¹ Conforme <http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1351> - acesso em 01.03.2017.

Embora a administração do portal não menciona a lista para explicar quem seriam, por exemplo, os "90% de brasileiros", o que também não se constitui o foco deste trabalho, o que se ressalta da cifra apontada é o fato de que ela indica que pessoas de muitas partes do país aportaram em Assis. Do norte ao sul do país, começando pelos baianos e cearenses³², passando por Minas e São Paulo, e também do Sul, pessoas e mais pessoas se empenharam em migrar para a nova localidade, atraídas pela ideologia e marketing de uma terra promissora e de oportunidades. Tais pessoas fizeram e fazem existir uma diversidade das culturas muito grande em Assis, e também a impossibilidade de se notar alguma delas como predominante.

Contudo, pela necessidade das pessoas em se identificar, como seres sociais que possuem origem e história, as quais muitas vezes rompidas de forma abrupta, como no caso das migrações, hoje ainda é possível verificar tentativas de alguns grupos étnicos em se aproximarem. A finalidade dessa aproximação seria a de fortalecer, ou de não fazer morrer, suas origens históricas, bem como conhecimentos e costumes, os quais foram deixados para trás pela forma como migraram.

Para exemplificar, uma das tentativas ocorridas recentemente se deu pelos poucos gaúchos que vivem hoje em Assis, os quais liderados por um pároco da igreja católica, realizavam comemorações relativas à "Semana Farroupilha". O grupo se juntava em uma praça ao lado da Igreja dirigida pelo pároco envolvido no movimento. Ali, as pessoas montavam tendas, chegavam a cavalo e faziam churrasco, demonstrando a tradição gaúcha a ser lembrada e reverenciada.

Contudo, após não haver mais a liderança do padre - por não estar mais em Assis - o movimento findou, sobrando apenas uma referência à tradição que era resgatada, isto é, pela construção de um monumento em formato de cuia de chimarrão. A construção, por estar na via de entrada para a cidade, passa uma ideia, aos que chegam, da existência de uma forte tradição gaúcha

³² Pioneiramente, foram os nordestinos, seguidos pelos mineiros e capixabas (os baianos cansados), quem desbravaram a floresta subtropical, derrubando, a punho de machado, as árvores de madeira nobre existentes na região do Vale do Piquiri. (SOUTO MAIOR, 1996, p. 44)

local, ou que a cidade, em sua maioria populacional, é composta por povos do sul.

Contudo, a visão denotada pelo monumento não é verdadeira. O monumento resulta apenas da demarcação de um local onde aconteciam as reuniões dos poucos que faziam o movimento, não representando a diversidade cultural existente nos demais habitantes chateaubriandenses.

FIGURA 8 - A Igreja e a Cuia de Chimarrão



Foto: Everaldo Lorensetti

A identidade, portanto, de Assis veio a ser fruto do processo migratório estabelecido pelo formato da colonização empreendida pela CNP, que deu ao município um aspecto híbrido de sua população, resultado da vinda de muitos migrantes, das mais variadas regiões do país e com seus mais variados costumes.

O termo híbrido, parte do princípio que ocorrem de "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas" (CANCLINI, 2013, p. 19).

Os estudos sobre narrativas identitárias com enfoques teóricos que levam em conta os processos de hibridação (Hannerz;

Hall) mostram que não é possível falar das identidades como se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma etnia de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência. (CANCLINI, 2013, p.23)

Assim, a identidade chateaubriandense, híbrida, demonstrada pela pluralidade de costumes e de muitos povos, teve sua formação, essencialmente, pela forma da colonização empreendida em Assis.

Distante de ser um local para todos, isto é, com oportunidades para todos, a divulgação feita sobre o local a variadas gentes, constituiu uma grande onda de migrantes dos mais diversos locais do Brasil, considerando que em Assis pudesse existir as condições de posse da terra, e permanência para os que se dispunham a migrar.

Contudo e, diferentemente das possibilidades anunciadas, os fatos apresentados neste trabalho demonstram que as oportunidades em Assis foram escassas, e que poucos puderam permanecer. Porém, os poucos que permaneceram fizeram continuar o aspecto híbrido de Assis Chateaubriand, um local construído pelas diversidades culturais em meio ao que fora, também, um local de adversidades para muitos.

2.3 Da questão da terra às condições de permanência da população

As entrevistas realizadas para coleta dos dados empíricos deste trabalho apontaram que o processo de apropriação da terra em Assis foi caracterizado não só pela exclusão de muitas pessoas, mas também por conflitos diversos sobre sua posse. Tais conflitos teriam sido contra a CNP, proprietária do título da Gleba Santa Cruz (ainda que o título estivesse sendo contestado). As lutas teriam sido movidas por posseiros e algumas pessoas que diziam já ser donas das terras, alegando terem adquirido propriedade de outros moradores, antes da chegada da CNP.

De forma geral e de posse do título da terra, a CNP veio trabalhando na expulsão de muitos moradores, forçando-lhes a saída, o que teria sido realizado por funcionários da Colonizadora, os quais eram conhecidos por jagunços.

Com relação à venda das terras pela CNP, após e até durante a existência dos conflitos, evidencia-se que a comercialização ocorria, preferencialmente, em pequenos lotes. Como resultado desse processo, os migrantes que conseguiram comprar terras tornaram-se em pequenos proprietários, ainda que para a maioria a compra não foi possível. Os que não puderam adquirir a terra, tornavam-se em elementos de mão de obra para as lavouras.

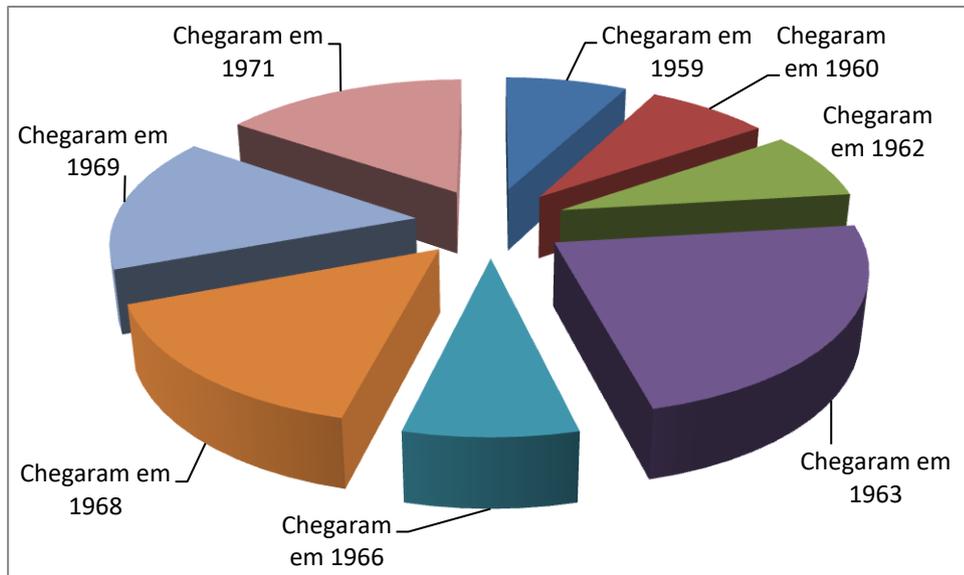
A possibilidade de compra da terra em pequenos lotes contribuiu, também, para que muitos outros pequenos produtores, de outras regiões do país, fossem atraídos a tentar a vida em Assis.

Esta foi uma das causas dos números populacionais de Assis saltarem a patamares muito elevados podendo, inclusive, ter ultrapassado os números apresentados pelas estimativas realizadas pelo governo municipal e também pelo IBGE. Relatos dos entrevistados indicam que a população estivera acima dos 100 mil habitantes, principalmente após a criação do município e no início da década de 1970, pela contínua chegada de novos migrantes, os quais tomavam conhecimento do local pela propaganda nas mídias e pelos que antes deles haviam vindo.

O gráfico abaixo demonstra, mediante as respostas dos depoentes acerca das datas de sua chegada no município que, desde o início da década

de 1960 houve uma constante de novos moradores, o que resultou nos grandes números populacionais registrados.

GRAFICO 4 - Ano de chegada dos depoentes em Assis

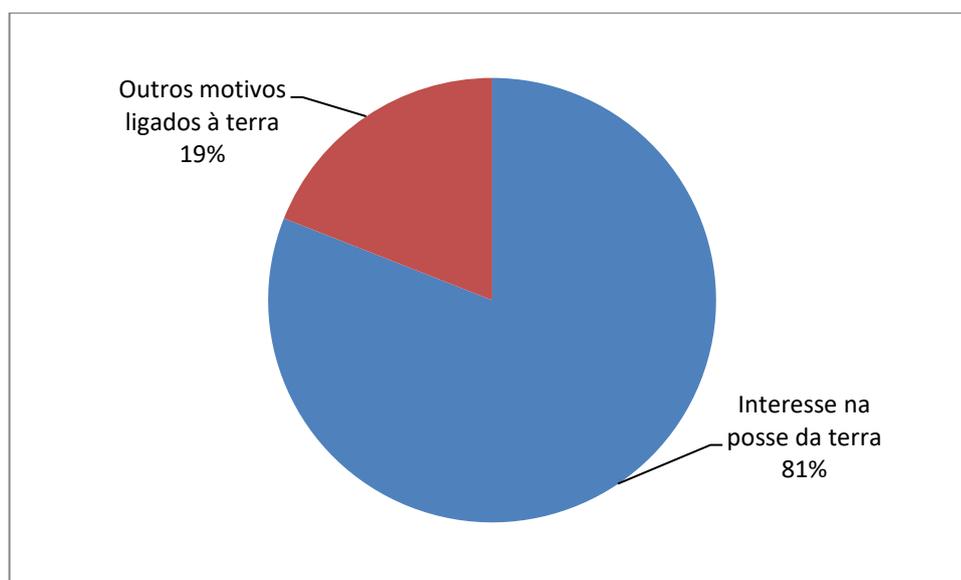


Dos depoentes que mencionaram conseguir adquirir algum lote de terras ao virem para a cidade, 53% ainda as possuem dentro do território de Assis. Os demais são, hoje, comerciantes, empresários, proprietários de casas de aluguel, corretores de imóveis e carros, ou arrendatários de terras. Evidencia-se, também, o fato de que estes últimos se viram na necessidade de vender suas pequenas propriedades, ou arrendá-las para outros com maiores condições, a fim de trabalharem com outra fonte de renda. Após a Modernização da Agricultura, deixar a terra veio a ser a saída para muitos pequenos proprietários, pelo fato da modernização não ter trazido benefícios a estes, os quais eram a maioria em Assis.

Com relação às intenções dos que chegaram no início do território, 81% mostrou como principal motivo da vinda, o interesse pela posse das terras locais, buscando melhorar as condições antes vividas em outras localidades de onde migraram. Os demais, ou seja, 19% demonstraram ser mais genéricos em suas respostas ao apresentaram motivos como, por exemplo, a necessidade de prestar ajuda a um parente ou a um amigo que já havia

chegado em Assis, ajuda essa vinculada ao trabalho com a terra recém adquirida.

GRAFICO 5 - Motivos da vinda para Assis Chateaubriand



Alguns relatos dos depoentes reforçam as intenções sobre Assis, conforme se vê: Depoente 'A': "Em 1962 vim para Assis para ajudar a meu irmão a derrubar e abrir para plantar café"; Depoente 'B': "Muitas pessoas falavam que aqui era um local próspero"; Depoente 'C': "Querida achar uma condição de vida melhor"; Depoente 'D': "Eu considerava a terra boa"; Depoente 'E': "Por ser uma região extremamente agrícola e promissora para futuro melhor e bem estar"; Depoente 'F': "Notamos que Assis era viável para meu futuro".

De forma geral, todos os depoentes disseram já desempenhar algum tipo de trabalho com lavouras em outras localidades do Brasil, desejando a continuidade com o trabalho no campo em propriedade a ser adquirida no município.

Os que declararam vir para ajudar algum parente ou amigo já instalado na localidade, demonstraram ter tomado conhecimento da existência de Assis Chateaubriand através de amigos, terceiros (desconhecidos) e parentes que para cá antes deles vieram, os quais faziam ser espalhada a notícia da nova

cidade para muitos outros interessados em possuir alguma propriedade, preferencialmente pequena.

Alguns poucos migrantes já possuíam pequenas propriedades de terras em outras localidades, os quais pretendiam ter em Assis uma quantidade maior de terras para a produção de alimentos. Estes eram os que vendiam as anteriores para adquirir novas terras no município.

Constata-se, também, que a parcela maior dos migrantes que vieram no início de Assis era composta por pessoas que, noutras regiões, não eram proprietárias de terras e buscavam a possibilidade de aquisição de alguma propriedade. Para estes, à princípio, o trabalho desenvolvido acontecia nas terras de outros proprietários, buscando oportunidades de também poderem ter a condição financeira para obter o seu próprio terreno.

Além da intenção de se viabilizar o desenvolvimento pessoal, adquirir posses de terras e continuar, de forma melhor, com o trabalho na lavoura, muitos vieram interessados especificamente no que aqui se produzia. Por exemplo, a produção da hortelã, que foi um dos primeiros cultivos realizados, chegando a ocorrer em 95% de todo o plantio agrícola de Assis³³, o que demandava muita mão de obra.

No caso dos cultivos, verifica-se que o feijão e o milho, chamados de lavoura branca e plantados manualmente, foram os primeiros realizados em Assis, os quais tinham como objetivo a subsistência dos recém-chegados. Enquanto isso, as árvores que iam sendo retiradas para dar lugar ao município e às lavouras em expansão, levava ao surgimento do comércio das madeiras. Havia uma preferência pelas nobres, como a da Peroba, do Ipê e do Cedro. As demais espécies de árvores não chegaram adquirir valor comercial, e acabavam sendo, muitas vezes, incineradas.

Na sequência da abertura da mata se iniciou a produção da hortelã, ou menta, como alguns dos entrevistados preferiam mencionar, cuja perspectiva de trabalho impulsionou a vinda de muitas outras pessoas para Assis em meados da década de 1960.

³³ Dados presentes no site do município de Assis Chateaubriand, disponível no endereço <http://assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=d0b23dabb7ncd0&id=1349> -acesso em 14.09.2015

O plantio de mamona e também pastagens foram mencionadas nas respostas, apesar de terem uma ocorrência bem menor, principalmente no caso da mamona. Quanto às pastagens, ainda hoje é possível se verificar a existência de algumas poucas, geralmente pequenas e voltadas para a criação de vacas de leite, pois a predominância atual é das monoculturas.

O café também foi importante para região de Assis, o qual era produzido paralelamente à hortelã. Enquanto a hortelã era produzida preferencialmente nas partes mais baixas do relevo de Assis, devido a maior umidade do solo, o café era plantado nas regiões mais altas, pelo menor risco de perdas em possíveis geadas.

Contudo, no caso do café, o fator que justamente veio acelerar o seu término se deu à frequentes geadas na região, sendo a maior delas ocorrida em 1975, chamada de "geada negra" que fez com que os pés de café ficassem com aspecto de queimado, com as folhas na cor negra, por isso o nome dado. Muitos que produziam café, dos quais a maioria veio das regiões norte do Paraná e São Paulo, encontraram dificuldades em continuar com essa produção, pelo perigo de novas perdas pelo fator clima. Assim, a mecanização que já havia se iniciado em Assis a partir de 1972, foi a saída para a situação em que os cafeicultores se encontravam, atribuindo novos rumos para o trabalho com suas terras.

A partir da mecanização, deu-se início aos cultivos da soja, trigo e milho, priorizados no formato de monoculturas.

Com relação à produção do trigo, o município chegou a ser considerado, durante dois anos consecutivos, na década de 1980, como a "capital nacional do trigo", pela grande produção nela realizada. Contudo, também pela ocorrência de constantes geadas, muitos deixaram de plantar o trigo, persistindo apenas a produção da soja e do milho.

O algodão também foi outro cultivo realizado em Assis que perdurou até o final da década de 1980, o qual contribuía para a existência do ainda pouco trabalho manual no campo, isto é, para os que passaram a ser chamados de "boias frias"³⁴. Este contingente, por não possuir terras e por ter sido

³⁴ O boia fria é um trabalhador assalariado ocasional, temporário. Às vezes trabalha bastante, ao longo do ano, mas em períodos intermitentes. Outras vezes trabalha meses sucessivos, seguidos de semanas ou meses de inatividade, ou fazendo um que outro biscate de horas ou dias. Ele se vê como alguém

substituído pelas máquinas da modernização, se dedicava a pequenos "bicos" nas lavouras ainda não mecanizadas totalmente.

O peixe em cativeiro também foi uma produção incentivada a partir da década de 1990. Por iniciativa do governo municipal³⁵, que desejava criar uma nova imagem de desenvolvimento para o município, muito foi feito para tentar elevar Assis a um alto nível de produção em piscicultura.

Atualmente o peixe, pequenas culturas orgânicas e não orgânicas, pastagens para vacas de leite, aveia e mandioca são produções vigentes, ainda que em pequenas quantidades. A principal produção e base da economia da cidade são as produções (em monocultura) da soja, do milho e do trigo, que foram inseridas após a mecanização da agricultura. No caso do trigo, a ocorrência de seu plantio é infinitamente menor, comparada à demais monoculturas, sendo que em algumas safras até inexistente. A monocultura ocorre em praticamente todo território agrícola de Assis.

Há também uma produção crescente nos dias atuais proveniente de aves para o abate. Os aviários que surgem vem fazendo ocorrer uma transformação no visual das propriedades rurais, com vistas ao atendimento do comércio nacional e internacional do seguimento.

Confirmando os dados apresentados acima e, de acordo com o IPARDES, em relatório emitido em junho de 2017 com base no números apontados pelo IBGE, as atividades econômicas desenvolvidas no município de Assis Chateaubriand e as quantidade de áreas utilizadas, atualmente, são as seguintes:

peculiar, residual, em comparação com o assalariado permanente da lavoura ou da indústria. (IANNI, 2004, p.133)

³⁵ Considerado um dos mais avançados programas municipais para o desenvolvimento da piscicultura do país, o "Programa Globalizante para o Desenvolvimento da Aquicultura de Assis Chateaubriand", foi reforçado pelo "Programa Água Viva", que incentivava a abertura de novos tanques, com apoio de retroescavadeira, e um técnico agrícola especialmente contratado para dar assistência aos piscicultores. (SOUTO MAIOR, 1996, p. 138)

TABELA 5 - Atividades econômicas na atualidade

Atividades	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavoura temporária	2.462	77.370
Horticultura e floricultura	18	436
Lavoura permanente	12	98
Produção de sementes e mudas	1	X
Pecuária e criação de outros animais	282	6.534
Produção florestal de floresta plantadas	-	-
Produção florestal de florestas nativas	3	87
Pesca	-	-
Aquicultura	18	196
TOTAL	2.796	84.725

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - 2012³⁶

Acerca das lavouras temporárias, que na tabela anterior aparecem com maior incidência, a classificação apresentada pelo relatório do IPARDES dá-se do seguinte modo:

TABELA 6 - Área colhida, produção e rendimento das culturas temporárias

Cultura Temporária	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1.000,00)
Abacaxi (mil frutos)	5	120	24.000	118
Amendoim (casca)	50	125	2.500	200
Arroz (casca)	300	1.200	4.000	964
Batata-doce	2	36	18.000	58
Cana-de-açúcar	50	3.350	67.000	182
Mandioca	3.040	90.880	29.895	16.269

³⁶ A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'x'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

Dados adaptados do Caderno Estatístico do Município de Assis Chateaubriand. IPARDES, 2017

Melancia	5	135	27.000	97
Melão	4	43	10.750	102
Milho (grão)	65.300	392.820	6.016	129.312
Soja (grão)	69.700	229.684	3.295	217.683
Tomate	6	108	18.000	244
Trigo (grão)	4.000	8.800	2.200	4.928

Fonte: IBGE - Produção agrícola municipal - 2015³⁷

A respeito do crescente efetivo de pecuária e aves, em decorrência do surgimento de aviários para fornecimento de carnes no mercado nacional e internacional, a situação em Assis, comparada com os demais rebanhos se mostra como a seguir:

TABELA 7 - Pecuária e Aves

Efetivos	Número	Efetivos	Número
Bovinos	8.841	Ovinos	565
Equinos	263	Bubalinos	-
Galináceos total	5.914.950	Caprinos	265
Galinhas (1)	46.000	Codornas	368
Suínos total	30.873	Ovinos tosquiados	-
Matrizes suínos (1)	3.098	Vacas ordenhadas	3.494

Fonte: IBGE - Produção da pecuária municipal - 2015³⁸

E para finalizar, a relação do IPARDES também demonstra, em números mais atuais, o total de estabelecimentos agropecuários e suas áreas, segundo a condição do produtor, conforme demonstrado abaixo:

³⁷ Dados adaptados do Caderno Estatístico do Município de Assis Chateaubriand. IPARDES, 2017

³⁸ Dados adaptados do Caderno Estatístico do Município de Assis Chateaubriand. IPARDES, 2017

TABELA 8 - Números de estabelecimentos agropecuários

Condição do Produtor	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário	2.260	74.467
Assentado sem titulação definitiva	15	10
Arrendatário	201	4.312
Parceiro	267	5.533
Ocupante	53	404
Produtor sem área	-	-
TOTAL	2.796	84.725

Fonte IBGE - Censo Agropecuário³⁹

Esta última tabela demonstra, também, aquilo que pode ser tido como resultado da apropriação da terra em Assis. Nota-se que, hoje, apenas poucos daqueles mais de cem mil habitantes, os quais vieram para Assis para buscar a terra e o seu desenvolvimento e de suas famílias no município, tiveram a possibilidade de permanecer no município. A posse da terra foi possível apenas para alguns e, após alguns anos, percebe-se, também, a sua concentração em poucas mãos.

³⁹ Dados adaptados do Caderno Estatístico do Município de Assis Chateaubriand. IPARDES, 2017

CAPÍTULO III

A SAÍDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND

A questão da terra em Assis se constituiu um dos motivos fundamentais para a não permanência das muitas pessoas que estiveram no início de seu território.

No caso dos posseiros residentes no local, antes mesmo do início da colonização e vendas das terras, a dificuldade em permanecer com suas áreas diante do que requeria os proprietários da gleba Santa Cruz, isto é, os que representavam a CNP, já ocasionava a saída de muitas famílias de Assis, inclusive com relatos de pressões violentas vivenciadas pelos posseiros.

Esses primeiros moradores expulsos já faziam surgir os também primeiros números de "exclusão" no local que viria ser chamado de Assis Chateaubriand. Pelas condições impostas e diante da forma com que a terra fora apropriada pelos proprietários da CNP, muitas famílias foram obrigadas a sair, fazendo ocorrer uma considerável e primeira retirada de pessoas já no início da história do município.

Vale ressaltar que, ainda que não exista uma contagem populacional, tanto dos que permaneceram como dos que foram forçados a sair naquele período inicial, isto é, no final da década de 1950⁴⁰ e quando começavam a chegar os chamados colonizadores, não se pode diminuir os efeitos da "exclusão" que surgia, bem como dos problemas sociais gerados a muitos dos primeiros moradores. Tais moradores eram os chamados posseiros, e também aqueles que mencionavam ter comprado a terra de outros, antes da chegada da colonizadora.

Entretanto, mesmo após a expulsão dos "incômodos" posseiros e proprietários "irregulares", e com o plano de comercialização dos lotes de terras feito pela CNP em plena atividade, a questão da terra continuava viva no território chateaubriandense. Embora a forma fosse diferente, ela agora aparecia expressa pelas desigualdades presentes nas condições que o sistema

⁴⁰ Na década de 1950 e início de 1960 não havia contagem dos moradores da cidade feita pelo IBGE. As contagens oficiais começaram a partir de 1970, pois estas são realizadas somente em municípios oficializados. Assis tornou-se município no ano de 1966.

de capital impunha à compra dos lotes para os que chegavam em Assis, impossibilitando a muitos de adquirir terras para poder desenvolver o que desejavam os novos moradores.

Apesar de a maioria da população inicial de Assis Chateaubriand ter vindo com a intenção de trabalhar com a terra, obtendo a posse da mesma, tal fato não foi possível a todos. Ainda que a venda da terra estivesse sendo realizada em pequenos lotes, ela ocorria somente mediante ao pagamento do dinheiro que os compradores possuíam, ou que viriam a possuir mediante o trabalho nas terras de outros proprietários.

Desta forma, o que se fortalecia era o fato de que se tornavam compradores das terras aqueles que viessem ter condições para tal, o que não ocorria com a maioria dos mais de cem mil habitantes estimados pelos pioneiros e também pelo IBGE para metade da década de 1970⁴¹.

Muitos não proprietários de terras trabalhavam como braçais, ou seja, trabalho realizado à mão, sem a presença dos equipamentos agrícolas como se vê hoje. Desta forma, com o fim de alguns cultivos em Assis, conseqüentemente, os muitos que trabalhavam para o plantio e colheita deixavam de ser necessários.

Para citar um exemplo que resultou na ausência de ocupação de muitas famílias não proprietárias de terras, há o caso do café. As frequentes geadas ocorridas na região, como também fora mencionado em outro momento neste trabalho, se fizeram fatores determinantes para o final deste tipo de produção. Assim, os proprietários de terras com café se viram obrigados a mudar o que produziam como forma de se proteger de novos reveses. Tal fato fazia com que muitos que dantes eram necessários para o fornecimento de mão de obra não fossem mais utilizados, gerando a falta de condições para subsistência de inúmeras famílias.

Como a maioria da população não possuía terra para cultivar, muitos eram os que apenas forneciam mão de obra para o campo. Para estes, sem condições de sustento, o que fora agravado pelo advento da modernização da agricultura, que utilizava as máquinas em lugar da força humana, não houve condições de permanência em Assis. Assim, a modernização da agricultura

⁴¹ Informação constante em: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1976, p. 109 - Estimativa populacional de Assis Chateaubriand 1975 /76

veio também contribuindo para muitas pessoas saírem de Assis, na busca por outras opções de subsistência.

A expulsão ocorrida em Assis, contudo, não era algo particular do local. Em muitas outras regiões fatos semelhantes ocorriam na mesma época. Segundo Santos (2006), era o que ele chama de esboço de um fenômeno de migração circular no Brasil.

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estava em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não o conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva de uma estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de ocupação recente. (SANTOS, 2006. p.213)

Esse mesmo autor destaca que "no Brasil de 1970, havia 9,4 milhões de pessoas que viviam fora do seu município a menos de dois anos. Essa cifra sobe para 16 milhões em 1980" (SANTOS, 2006, p.212). Tal fato indicava a existência de uma grande mobilidade populacional, pela falta de condições de fixação das pessoas no campo.

No caso de Assis, os poucos que detinham a propriedade de terras foram os que tiveram condições de se "reinventarem" diante das transformações ocorridas, isto é, mudando não somente a produção realizada no campo como também a forma como poderia realizar os cultivos. Já os trabalhadores, maioria absoluta dos que compuseram a população chateaubriandense, dependiam do trabalho concedido pelos maiores proprietários das terras.

Na acumulação capitalista, o trabalhador do campo se tornava uma peça importante para o sistema, pelo menos enquanto ele não se tornasse pesado à própria acumulação dos que seriam os donos das terras. Uma vez que a possibilidade do lucro viesse decair por algum fator ocorrido, o trabalhador, que compõe a classe com maior fragilidade no funcionamento da estrutura capitalista, seria o mais penalizado.

Em Assis, a maioria da população era composta pelos desprovidos das posses de terras. E estes se tornaram mais vulneráveis às transformações capitalistas no campo. A extinção de alguns cultivos foi motivo importante para a precariedade da existência de postos de trabalhos, mas, também e muito

mais, a implementação das novas formas de produção e controle das lavouras, por meio da chamada modernização da agricultura.

A modernização da agricultura, que em Assis tomou força a partir do início de 1970, foi a engrenagem das mudanças mais profundas nas formas de produção e, também, no estilo de vida de todos aqueles que dependiam do campo para sua subsistência, principalmente daqueles desprovidos das posses de terras.

A intenção da referida modernização, a princípio, era pautada na prática de uma difusão tecnológica e de controle do campo que teria como meta o alcance de uma maior produção agrícola para acabar a fome no mundo⁴². Contudo, como se sabe, os resultados obtidos não foram os divulgados e esperados pela ideia proposta. Além da fome ainda persistir em várias regiões do planeta, nota-se, como consequência da própria Revolução Verde e modernização da agricultura, a ocorrência do aumento da concentração de terras para alguns poucos indivíduos, em detrimento dos muitos pequenos produtores rurais que não tiveram condições de manter suas propriedades, uma vez que não puderam custear o novo modelo produtivo.

Somado a isto, problemas ambientais pelo uso constante de agrotóxicos e insumos, com os quais se pretendia obter um maior controle de pragas e demais condições favoráveis às lavouras, levou ao surgimento de grandes discussões no presente século sobre a degradação dos solos, da água, dentre outros fatores ligados à saúde da própria humanidade.

No que diz respeito a Assis, constata-se que a mecanização foi um fator decisivo e importante para a não possibilidade de permanência não só dos trabalhadores rurais no campo, pela ausência de trabalho braçal, como também de muitos pequenos proprietários de terras. A maioria dos pequenos produtores se viu obrigada a vender suas terras para outros com maiores

⁴² "Um dos exemplos mais claros nesse sentido ocorreu a partir da segunda metade do século XX, quando se imaginava que a inserção de tecnologias no setor produtivo agrícola seria uma alternativa para extinguir a fome no mundo. Após 1950, muitos países do mundo, incluindo o Brasil, introduziram a Revolução Verde, medida essa que tinha como único objetivo intensificar a oferta de alimentos. Esse nome é derivado de grandes evoluções tecnológicas que favoreceram a mecanização e modernização de todo o processo produtivo agrícola, além dos implementos, foi implantada no campo uma série de técnicas de cultivo, utilização de insumos como defensivos, fertilizantes entre outros, sem contar o surgimento de plantas modificadas geneticamente imune de pragas e adaptadas aos mais distintos climas do mundo". Conforme <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/revolucao-verde-fome.htm> - acesso em 01.03.2017

condições de implementação das novas tecnologias, fazendo aumentar a concentração delas em grandes latifúndios.

A extinção de muitas pequenas propriedades em Assis foi acentuada, uma vez que a maioria das terras haviam sido vendidas pela CNP em pequenos lotes, para pequenos produtores.

A revolução tecnológica do campo no Brasil foi intensificada a partir de 1970, justamente no período em que apareceram os registros de grande “êxodo” do campo, como também houve em Assis, local onde havia uma população muito expressiva dos que foram excluídos pelo processo capitalista de apropriação das terras.

Assim, ora porque muitos estavam sem terras, ora porque muitos que possuíam terras eram pequenos produtores sem condições de andar no ritmo exigido pelas transformações capitalistas no campo, isto é, pelo alto custo a ser empreendido pela modernização, o que resultava era a saída em massa de grande parte dos que vieram buscar oportunidades nas terras do município.

Os que saíam eram aqueles mais vulneráveis e duramente atingidos pelas mudanças que faziam extinguir as condições de manutenção do sustento. E uma vez que a cidade, isto é, o meio urbano também não oferecia ocupação para tão grande demanda populacional que saía do campo, deu-se o esvaziamento da população do município de Assis.

A modernização da agricultura em Assis Chateaubriand, portanto, se constitui noutro fator que, somado à questão da posse da terra, contribuiu para saída da população do município. A saída das pessoas de Assis foi uma das mais expressivas do Oeste do Paraná, devido ao grande e impressionante fluxo de pessoas ocorrido para o município no início de seu território, o que levou Assis ser o oitavo maior do Paraná em 1970, em termos populacionais.

Pela modernização, a agricultura começava a deixar de ser de subsistência e passava a ser fator de mercado competitivo, significando que a característica capitalista estava mudando toda a estrutura social das pessoas que viviam do trabalho no campo.

De acordo com SCHALLENBERGER & COLOGNESE (1993), a mudança que estava ocorrendo na agricultura passava a influenciar as formas de produção e, conseqüentemente, alteravam as relações sociais no campo.

O mercado se encarregou de definir os produtos viáveis, atribuindo-lhes valores convencionais [...] A terra deixou de ser um espaço social de produção da subsistência e de produção de relações familiares. Assumiu, progressivamente, o caráter de um meio de produção de mercadorias. (SCHALLENBERGER; COLOGNESE 1993, p.23).

Em Assis Chateaubriand, o mesmo estava ocorrendo. Os que eram proprietários das terras, buscando melhor produção e competitividade, começaram a modernizar o campo com as máquinas, reduzindo o trabalho braçal em grande medida, fato que causou, segundo MARTINE (1987 p.59), em todas as regiões produtivas do Brasil, o maior êxodo rural já visto, isto a partir de 1970, pois menciona que "quase 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural para ir morar na cidade". Este mesmo autor afirma que a partir da década de 70:

...o campo acusou uma perda absoluta de população, passando de 41,0 milhões, em 1970, para 38,6 em 1980. Os dados do Censo Demográfico mostram que este crescimento negativo no período 1970-80 se registrou, simultaneamente em três das cinco grandes regiões - o Sudeste, o Sul e o Centro Oeste. (MARTINE, 1987 p. 65)

A imagem abaixo mostra um desfile cívico ocorrido na avenida central de Assis Chateaubriand em meados da década de 1970, quando já era possível perceber a presença das máquinas que começariam a mudar as relações de produção no campo. A grande maioria das pessoas que aparece na foto apreciando o desfile, talvez, sequer imaginava que aquilo que era admirado pelos moradores da cidade naquele momento seria, também, a causa da ausência de subsistência no campo, fato que obrigaria a muitos trabalhadores a migrarem para outras localidades.

FIGURA 9 - Desfile cívico em Assis Chateaubriand – 1970

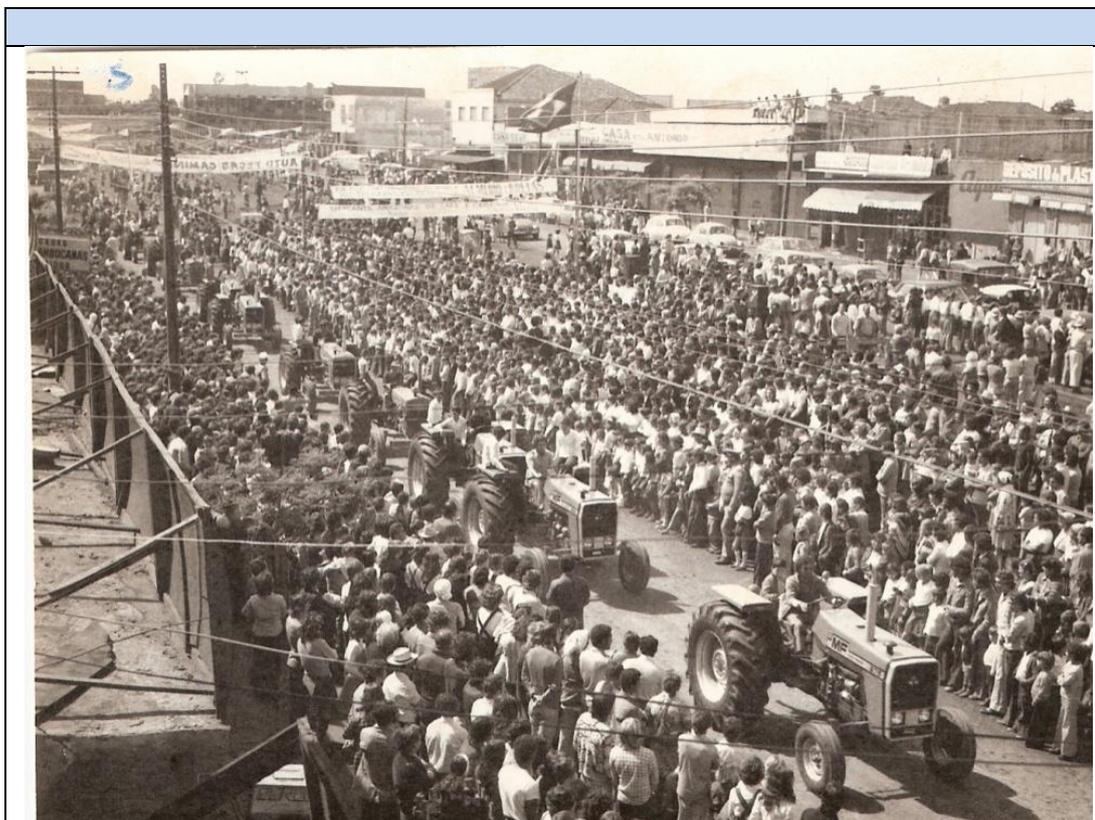


Foto: acervo de Ademir de Brito (Jornal O Regional)

O que ocorria em Assis Chateaubriand, sobre a forçada e dramática redução populacional do campo, era algo que causava grande sofrimento a inúmeras pessoas. Muitas pequenas propriedades estavam deixando de existir, sendo vendidas para outros proprietários com maiores condições de implementar a modernização. Além disso, os muitos trabalhadores do campo, sem terra, também ficavam sem a possibilidade de sustento, uma vez que o trabalho braçal estava sendo eliminado pela mecanização.

A imagem abaixo mostra uma situação que, apesar de parecer inusitada, era muito comum em Assis a partir da mecanização, até a década de 1980. Muitas casas não mais ocupadas nos sítios que antes eram repletos de famílias, eram removidas inteiras para a cidade ou para outras localidades, demonstrando a dura alteração nas vidas de muitas pessoas do campo que não mais tinham condições de nele permanecer.

FIGURA 10 - Mudança do campo para a cidade ou outras localidades.



Foto: acervo de Ademir de Brito (Jornal O Regional)

Com a modernização do campo, milhares de pessoas deixaram de trabalhar e produzir alimentos nas terras de Assis, fazendo contribuir o crescimento da população dos grandes centros industriais e urbanos, conforme tabelas demonstradas em capítulo anterior. Da mesma forma, boa parcela da população, a que não ia para o trabalho em cidades, buscava a saída para outras regiões agrícolas.

A nova dinâmica da agricultura no Brasil, que transformava a relação das pessoas com o campo, também afetava a identidade dos homens que sempre foram da lavoura, obrigando a muitos deixarem o vínculo que possuíam com a terra.

A modernização da agricultura, nos moldes das inovações tecnológicas baseadas na Revolução Verde, repercutiu significativamente no conjunto das relações sociais, na cultura e na produção agropecuária do Oeste do Paraná. A vinculação a um novo eixo de decisões aprofundou a dependência e afetou a identidade cultural do homem regional. Essas novas relações competitivas, a especulação imobiliária e financeira e a concentração de propriedade a nível regional, se vincularam aos interesses dos agentes do capital

internacional e articularam as suas relações preferenciais não mais com a comunidade, mas com o mercado. (VANDERLINDE; GREGORY; DEITOS, 2007, p.147)

No novo vínculo do campo com as inovações tecnológicas, pelo uso das máquinas, é possível notar que houve grande diminuição da força humana no trabalho com a terra e produção de alimentos.

...foi possível a substituição e a redução do uso de mão de obra e o aumento do uso de terra e capital. Os utensílios e equipamentos tradicionais foram perdendo importância e foram sendo substituídos por máquinas e equipamentos considerados essenciais à modernização. Tais mudanças exigiram adaptações e mudanças profundas e violentas do homem rural. (VANDERLINDE; GREGORY; DEITOS, 2007, p.147)

Segundo Ianni (2004, p.124), confirmando o que já fora mencionado anteriormente, "o trabalhador rural é o elo mais fraco, na cadeia do sistema produtivo que começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional". Dito de outra forma, o trabalhador rural é o elemento que mais sofreu com as transformações em vigência, pensadas para o processo de acumulação de capital no campo.

Brant (1979), também evidencia as mudanças que ocorriam nas relações de trabalho no âmbito da agricultura, mencionando as formas de substituição daqueles que antes eram trabalhadores residentes.

A utilização de força de trabalho assalariada temporária, em substituição à dos trabalhadores residentes, constitui uma das modificações mais importantes nas empresas rurais do Brasil durante os últimos decênios. [...] O processo de expulsão dos trabalhadores residentes dos estabelecimentos agropecuários ocorreu em algumas regiões independentemente de modificações técnicas no processo produtivo, como simples modificação de relações de trabalho. (BRANT, 1979, p. 67)

De acordo com Silva (1996), existem dois processos de transformação da agricultura no Brasil, os quais tiram a harmonia de uma produção naturalizada do homem com o campo, tornando-a artificializada. Esses processos seriam:

[...] um, de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a "harmonia" da produção assentada na relação homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra "harmonia" - também permeada por novas contradições - baseada no conhecimento e controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura. (SILVA 1996, p.3).

Ainda segundo Silva (1996), a modernização da agricultura não diz respeito apenas a um processo de entrada de equipamentos no campo, mas sim de uma nova visão de controle total do mesmo, ou seja, de criação das condições de guiar os acontecimentos naturais transformando-os em fatos possíveis de serem corrigidos, como irrigação para solos secos, controle de pragas quando elas naturalmente se proliferam, adubagem para solos fracos etc.

Sob domínio do capital, espera-se uma intensificação do processo produtivo, que se traduz na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos, destinados a elevar a produtividade do trabalho. A terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter, em menores áreas, um produto igual ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões (SILVA, 1981, p. 34)

Diante do exposto, a questão da manutenção das pessoas no campo de Assis nos remete a pensar que, por todas as transformações que ocorriam, não bastaria aos indivíduos somente ter a propriedade de terra para também ter as condições de permanência no local. Verifica-se que muitos dos que foram pequenos proprietários de terras não conseguiram as condições de sua permanência com as mesmas, pois não tiveram possibilidades de arcar com o que seria necessário à modernização corrente.

Assim, muitos pequenos proprietários, que no caso de Assis eram a maioria dos que possuíam terras, pela forma das vendas feitas pela CNP, tornaram-se ex-proprietários. A chamada mecanização, na forma ocorrida não somente em Assis Chateaubriand, não favoreceu a existência ou a permanência dos pequenos produtores, os quais, em sua maioria, não encontraram incentivos para implementar a entrada dos equipamentos e dos controles necessários para o novo molde de produção, baseado nas monoculturas.

Desta forma, a modernização também veio contribuir para que muitas pequenas propriedades viessem a desaparecer dando lugar a outras maiores, uma vez que os proprietários das terras menores foram forçados a vender ou a arrendar os seus lotes para outros com poder maior de aquisição e possibilidades de implementação da modernização.

Esse fenômeno, segundo Silva (1981), leva o nome de "engolimento", das propriedades, acentuando ainda mais as desigualdades existentes,

fazendo muitos dos pequenos proprietários de Assis deixarem o campo, se juntando ao número dos que nunca tiveram a terra e que, sem trabalho, se dirigiam para outras localidades, geralmente para regiões mais urbanizadas ou industrializadas, ou ainda para outras regiões agrícolas do país e até fora dele, na busca de trabalho e sustento.

Os que puderam permanecer em Assis, desde o seu início até hoje, demonstraram possuir algum vínculo com a terra, suficiente para a manutenção da sua família no local; ou são aqueles que tiveram condições de empreender algum ramo comercial para fornecer aos moradores da cidade aquilo que a terra não poderia dar naturalmente, como roupas, calçados, remédios etc.

A modernização da agricultura contribuiu para a geração de alguns novos ricos e proprietários de muitas posses em Assis, os quais viram no novo molde produtivo e, possuindo as condições necessárias de trabalho, uma maior possibilidade de promover a acumulação de seu capital.

Na contramão do que acima é mencionado, a modernização do campo contribuiu, também, para dificultar a permanência do trabalhador do campo na agricultura local, fosse ele o pequeno proprietário ou o desprovido de terras.

O alto custo da implantação da modernização para aqueles que eram pequenos proprietários, e a falta de trabalho para os que não tinham terras fizeram, a muitos, estarem sem condições de continuar no campo.

Assim, sem o trabalho na terra e também sem formas de se manterem no meio urbano da cidade – que na época era pouco desenvolvido e incapaz de absorver muita gente para trabalhar - a maioria da população se retirou de Assis Chateaubriand buscando oportunidades de subsistência em outras localidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo e o posterior refluxo da população de Assis Chateaubriand, decorrentes de processos migratórios ocorridos entre o período da formação de seu território e até a década de 1980, período onde se verifica que a maior parte da população que esteve presente no início do município não reunira condições para sua permanência, se constituiu objeto de estudo para realização desta pesquisa.

O histórico acerca da apropriação da terra no Brasil e no Paraná, fornecera um indicativo de que em Assis Chateaubriand fatos parecidos poderiam ocorrer, o que de fato houve, desconsiderando o direito de muitos que viviam no local antes da colonização. A questão sobre a posse da terra aparece como primeiro elemento ditador das condições da permanência de muitos posseiros e migrantes que buscaram oportunidades em Assis para viver e subsistir.

Desde a chegada dos chamados colonizadores e, justamente pela confusão criada sobre a quem pertenceria a terra local que, segundo a União não seria da CNP, conflitos se tornaram inevitáveis entre os chamados posseiros e a empresa pertencente a Oscar Martinez. Os títulos em posse da colonizadora estavam sendo contestados por suspeitas de irregularidades cometidas na concessão dada pelo governo do Paraná a Adízio Figueiredo dos Santos, que viera a ser sócio de Oscar Martinez e dono do empreendimento que colonizaria oficialmente as terras locais.

Alguns camponeses, que afirmavam ter comprado a terra antes da chegada da colonizadora, também se juntavam aos posseiros em situações de conflitos com a CNP, quais conflitos resultavam na expulsão e expropriação de muitas famílias que desde a década de 1950 já se encontravam no local.

Desde a abertura das terras para o seu comércio, diga-se colonização, um processo de desconsideração a muitos que também teriam direito à propriedade ocorria em Assis, evidenciando um primeiro processo de exclusão.

Após a CNP ter se apropriado legalmente das terras de Assis Chateaubriand e, durante a retirada dos que ocupavam a terra, um plano de comercialização dos lotes entrava em vigência.

Contudo, como a apropriação da terra não foi possível a todos que migravam para a cidade, dos quais apenas alguns possuíam condições de compra, outro processo excludente entrava em vigor. A maior parte dos que compuseram a população inicial da cidade - isto é, as muitas pessoas oriundas das mais diversas regiões do país - acabou impossibilitada de tornar-se proprietária de sua própria terra.

E, pela emancipação política do município no ano de 1966, o número de pessoas que buscavam oportunidades continuava a aumentar dia após dia, agora por um marketing nacional feito pelos meios de comunicação do Jornalista Assis Chateaubriand.

O município de Assis Chateaubriand era noticiado nacionalmente como sendo um lugar de oportunidades e de terras promissoras. Contudo, a propaganda, ou ideologia, não revelava a realidade acerca do que era encontrado pelas pessoas que chegavam buscando tais oportunidades. A posse de terra, possível a poucos que tinham condições de compra, era um grande fator que excluía a maioria dos migrantes.

Pelo marketing, as muitas pessoas que tomavam conhecimento de Assis vinham buscar apropriar-se da terra. No caso de alguns poucos, para aumentar as posses já existentes. Mas para muitos outros, isto é, os que tiveram seus deslocamentos forçados por situações adversas, migravam para o que seria uma nova chance de se desenvolver, ou sobreviver, imaginando ser isto possível em Assis.

Tanto para antigos moradores locais, posseiros expulsos e proprietários expropriados antes do período da colonização⁴³, bem como para os muitos migrantes que chegavam após início da mesma, as formas excludentes de apropriação das terras se constituíam fundamentais para que muitos não tivessem condições de permanecer no município de Assis Chateaubriand.

Além da exclusão na apropriação da terra, as transformações ocorridas no campo pela modernização da agricultura, a partir da década de 1970, implicou ainda mais na não permanência de muitos trabalhadores do campo

⁴³ "Desde 1950, os antecessores que me venderam, eu tomei posse em 1955 até 1958, quando Adízio Figueiredo do Santos, a mando de Oscar Martinez invadiu a minha área com onze jagunços e me tomou cerca de 40 alqueires [...]". Depoimento de Olívio Balício, disponível em JOSÉ PARDINHO DE SOUZA. Paraná: A ocupação da terra. Trecho de entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F_HUc1p9VD0. Acesso em 22.06.16

em Assis. Com a substituição da força braçal de muitos homens e mulheres pelas máquinas, ocasionou-se grande quantidade de indivíduos sem condições de subsistência.

Além disso, os pequenos proprietários de terras, que em Assis eram muitos, pelo formato das vendas de terras realizadas pela CNP, também sofreram com o advento da modernização da agricultura. A maioria, por não conseguir arcar com os custos da implantação da modernização, deixava suas terras vendendo-as ou, em menores casos, arrendando-as para outros proprietários com maiores possibilidades de modernizar o campo. Esse fato contribuía para aumentar o número dos que saíam do campo para buscar novas formas de manutenção de suas vidas.

No caso dos muitos trabalhadores que deixavam de estar no campo, a solução se mostrava, portanto, a de buscar novas fontes de subsistência, o que geralmente se dava pela saída para outras regiões, não mais permanecendo em Assis.

No que diz respeito à possibilidade das pessoas do campo migrarem para a região urbana do município, isso também se mostrou fato difícil. Como a cidade de Assis nascera muito mais em decorrência do campo, não havia, em seu meio urbano, tantos postos de trabalho suficientes para os muitos trabalhadores expulsos do campo.

Em suma, a não posse das terras pela maioria da população de Assis e a modernização do campo, apesar de serem fatos distintos e ocorridos em épocas diferentes, somados ocasionaram as condições da saída da maior parte da população que compôs Assis em seu início. Tais pessoas, sem a possibilidade de se manterem no campo, se dirigiam para outras regiões do país, como Rondônia - região também agrícola - e centros urbanos industrializados, além de outras localidades agrícolas fora do país, como o Paraguai, na busca de novas formas de subsistir.

Na mesma proporção em que a esperança de dias melhores trouxe muitos trabalhadores para o campo de Assis, a falta de condições de posse da terra e, conseqüentemente de trabalho na mesma, fez com que muitas famílias não tivessem maneiras de permanecerem no município.

Os que novamente migravam, agora para fora de Assis, saíam na busca do que não puderam encontrar quando para o município vieram, os quais

tinham a intenção de poderem se desenvolver e viver pelo trabalho com a terra local.

O que se conclui sobre o ocorrido em Assis Chateaubriand, é que nesse município não foi possível a sustentabilidade na terra de homens e mulheres que vieram com a intenção de construir ali uma história permanente.

A sustentabilidade rural também se estende àqueles que fazem o meio rural existir, os quais utilizam a terra para produzir o que é necessário para o alimento de todos. Uma vez que tais pessoas não tenham condições de no campo permanecer, sobretudo por via de exclusões, tendo muitas vezes o seus direitos ou possibilidades negados, tal processo não se relaciona com o que seria o desenvolvimento rural.

Tal explicação vai no sentido de que o lugar chamado rural não diz respeito apenas ao campo ou ao meio ambiente que precisa ser preservado. O rural também é o humano, as pessoas que compõem o todo do ambiente, como menciona Capra (1996). Segundo este autor,

"Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. Por exemplo, somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria" (CAPRA, 1996, p.14)

Nessa perspectiva, homem e natureza precisam ser compreendidos como sendo parte um do outro, e isso leva a um entendimento de que aquilo que é chamado de desenvolvimento rural, sobretudo sustentável, deve passar também e necessariamente, pelo aspecto humano e em suas condições de vida no ambiente da produção de alimentos, fato não ocorrido no município de Assis Chateaubriand para os muitos que buscaram nele o seu desenvolvimento pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- ALVEAL, Carmem, MOTTA, Márcia. **Sesmarias**. In: MOTTA, Márcia (Org.) Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ASSIS, Renato Linhares de. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Apl. vol.10 no.1 Ribeirão Preto Jan./Mar. 2006
Revista eletrônica. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
- BORITZA, Rita. **Assis Chateaubriand: História e memória**. Produção Didático-pedagógica - Caderno Temático. Marechal C. Rondon, PDE: 2008
- _____, Rita. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. [Monografia de Especialização em História do Brasil] Toledo: UNIOESTE, 1994.
- BONIN, A. A. et al. **A Luta Pela Terra no Paraná Recente**. In: PAZ, Francisco. Cenários de Economia e Política - Paraná. Curitiba. Prephacio. p. 119/143. 1991.
- BRANT, Vinícius Caldeira. **População e Força de trabalho no desenvolvimento da agricultura brasileira**. São Paulo: CEBRAP, 1979.
- BRASIL. **Lei nº 2.597** - 05 de Setembro de 1955
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- COLOGNESE, Silvio A e outros. **Tupãssi: do mito à História**. Cascavel: Edunioeste, 1999.
- CRESTANI, Leandro de Araujo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. [Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio] Toledo: UNIOESTE, 2012.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DANTAS, Eugenia Maria. **Geografia da população** / Eugenia Maria Dantas, Ione Rodrigues Diniz Morais e Maria José da Costa Fernandes. - 2ª ed. - Natal: EDUFRRN, 2011.

ESTADO DO PARANÁ. **Ação Ordinária de Anulação de Escrituras e cancelamento de Transcrições**; Autor - O Estado do Paraná; Réos - A Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda. e outros. Explicação da causa e contestação da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., pelos advogados Prof. Manoel Vieira de Alencar, Benedito Costa Netto e Francisco Zicarelli filho. COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, 1954. p.203

FABRINI, J. A.; ROOS, D.; MARQUES, E. M. **A espacialização da luta pela terra no Paraná. Espaço Plural**. Unioeste: Ano VII, nº16, 1º semestre 2007. Disponível em: revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../1183. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. vol. 2. 15ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil; apresentação de Marco Antonio Villa**. - 4ªed. rev. São Paulo: Global, 2008.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A.. 1981

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade** / Néstor Garcia Canclini; tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênesse Andrade. - 4.ed. 6.reimp. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GAZETA DO POVO. **Forças Armadas Contra Lavradores**. 08 de Março de 1953.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. **Anuário Estatístico, 1975**

IBGE. **Censos Demográficos, 1970/2010**

- INFOESCOLA. **Tratado de Tordesilhas**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/tratado-de-tordesilhas>>. Acesso em 19 de Abril de 2015.
- INFOESCOLA. **Sesmarias**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/sesmarias>>. acesso em 19 de Abril de 2015.
- IPARDES. **Caderno estatístico Município de Assis Chateaubriand**. Junho, 2017
- JORGE, Rogério Ribeiro. **Do território como estratégia de desenvolvimento de regiões rurais**. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo, 2003.
Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-20082003-145350/publico/DoTerritorio.pdf>. Acesso em 12/02/2015.
- LEITE JÚNIOR, Hor-Meyll Teixeira; ESCUBEDO, Marcel Luz. **Moisés Lupion: Civilizador do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006. (Vol.1)
- LIMA, Dália Maria Maia Cavalcante. **Geografia política e geografia da população: temas atuais**. Natal: IFRN Editora, 2009.
- MARTINE, George. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **O cativo da terra**. 9.Ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil**. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/RJ: Vozes. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulos, 1997.
- _____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MILONE, Paulo César. **População e desenvolvimento: uma análise econômica**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- MUNDO EDUCAÇÃO. **Revolução Verde**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-revolucao-verde.htm>> Acesso em 23 de Fevereiro de 2017.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 13ª ed. - São Paulo: Contexto, 2005.
- PAZ, Francisco Moraes. **Cenários de economia e política: Paraná / Francisco Moraes Paz (organizador)** - Curitiba: Prephacio, 1991.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. **A questão agrária**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND. **Nossa cidade / Etnias**. Disponível em:
<<http://www.assischateaubriand.pr.gov.br/index.php?sessao=38151a3868nc38&id=1351>> Acesso em 27 de Agosto de 2015 e 12 de Junho de 2016.
- ROSS, Jurandyr Sanches. **Geografia do Brasil**. - 5ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **A guerra do Contestado: desfazendo as armas do esquecimento**. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas. Porto Alegre: PPG-LET-UFRGS. vol.6 n.1, Janeiro/Junho 2010.
- SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI / Milton Santos, Maria Laura Silveira**. -- 9ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997
- SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. & COLOGNESE, Silvio Antônio. **Migrações e comunidades cristãs no sul do Brasil**. Toledo, PR: Unioeste/Facitol, 1993.
- SEED/PR. **Hinos paranaenses - Assis Chateaubriand**. Disponível em:
<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=173>> Acesso em 22 de Junho de 2016.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14.ed. rev. São Paulo: Contexto, 1998.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo, Unicamp, 1996.

_____. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOUTO MAIOR, Laércio. **História de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola de Estão do Paraná.** Maringá: Clicheter, 1996.

SOUZA, José Pardini de. **Paraná: a ocupação da terra.** Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=F_HUc1p9VD0> Acesso em 22 de Junho de 2016.

TUAN, Yi-Fu(1). Cultura, experiência e atitudes ambientais. In: TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012 (capítulo de livro/biblioteca/internet)

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** São Paulo; Cia. Ed. Nacional, 1933, p. 56-57.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Migrações e a construção do Oeste do Paraná: Século XXI em perspectiva** / Organização de Tarcísio Vanderlinde, Valdir Gregory, Nilceu Jacob Deitos. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

Fotos

BRITO, Ademir. **História de Assis Chateaubriand - Acervo de fotos de Jornal O Regional.** 2017. 1 álbum (06fotos)

LORENSETTI, Everaldo. **A Igreja e a cuia de chimarrão.** 2017. (1 foto).

ANEXO I

QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM OS MAIS ANTIGOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE ASSIS CHATEAUBRIAND SOBRE A HISTÓRIA LOCAL

Junho/2016

1. Nome do entrevistado: _____

2. Data da chegada em Assis Chateaubriand: Mês _____ Ano: _____

3. Local da residência atual do entrevistado:

4. Quais foram os motivos que levaram o entrevistado a escolher Assis Chateaubriand para morar?

5. Como o entrevistado tomou conhecimento da existência de Assis Chateaubriand.

- () Soube de Assis por meio da mídia (rádio/televisão/jornal).
- () Soube de Assis por meio de amigos que para cá vieram.
- () Soube de Assis por meio de terceiros, não conhecidos.
- () Soube de Assis por meio de propagandas feitas pela Colonizadora Norte do Paraná (como panfletagem).
- () Para outra resposta, escreva abaixo:

6. Antes de vir para Assis, o entrevistado trabalhava no campo, isto é, com a terra?

- () Sim, já trabalhava no campo.

() Não. Trabalhava com _____

7. Ao vir para Assis, o entrevistado pretendia trabalhar com a terra, ou tinha a intenção de desenvolver outra atividade?

() Sim, minha intenção era de trabalhar no campo, com a terra.

() Não. Minha intenção era de _____

8. O entrevistado possui terras, atualmente, para plantio na região de Assis?

() Sim.

() Não.

9. No caso de SIM, em que época o entrevistado adquiriu suas terras?

() Adquiriu terras imediatamente à sua chegada em Assis.

() Adquiriu terras depois de algum tempo de sua chegada em Assis.

() Para outra resposta, escreva abaixo:

10. Ainda no caso do entrevistado possuir terras, como as adquiriu?

() Diretamente da Colonizadora Norte do Paraná.

() De alguém que já possuía a terra.

() Para outra resposta, escreva abaixo:

11. No caso de NÃO possuir terras, quais foram os trabalhos desenvolvidos pelo entrevistado desde sua chegada em Assis?

12. No início de Assis, adquirir terras era algo fácil para todos os que desejavam?
Como o entrevistado viu essa questão acontecer?

- Sim, a terra era de fácil acesso e compra para todos.
- Não. A terra era de difícil acesso e compra.
- Para outra resposta, escreva abaixo:

13. A maioria da população inicial de Assis comprou terras?

- Sim, a maioria comprou terras.
- Não. Aqueles que compraram terras eram a minoria da população do início de Assis.
- Para outra resposta, escreva abaixo:

14. O entrevistado ouviu falar da existência de conflitos entre a Colonizadora Norte do Paraná e sitiantes / posseiros que diziam ser donos das terras que a Colonizadora comercializava?

- Não. Não soube da existência de conflitos.
- Sim, ouvi falar da existência de conflitos.

15. No caso de SIM, que tipos de conflitos eram?

- Não eram conflitos armados, e não envolviam lutas e mortes.
- Eram conflitos armados e envolviam lutas e mortes.
- Para outra resposta, escreva abaixo:

16. No caso dos conflitos terem sido armados e violentos, por parte de quem a violência era empregada?

- Pela Colonizadora.
- Pelos sitiantes / posseiros.
- Por ambos.

() Para outra resposta, escreva abaixo:

17. Ainda no caso dos conflitos serem existentes, quem geralmente saia vencedor sobre a questão do pertencimento da terra?

() A Colonizadora.

() Os sitiantes / posseiros.

() Para outra resposta, escreva abaixo:

18. Com relação ao trabalho com a terra em Assis, quais foram os cultivos ou extrações realizados nesta região? E o que é cultivado no presente?

Ordene abaixo o que já foi cultivado/produzido em Assis. (Exemplo: 1. Madeira 2. Hortelã 3. Peixe...), bem como o que hoje se produz em Assis.

19. No caso específico do entrevistado e, caso tenha possuído ou possui terras, o seu trabalho de cultivo e produção seguiu a ordem acima mencionada?

- () Sim, seguiu a ordem mencionada. () Não. Não seguiu a ordem acima, diferenciando-se no que abaixo é explicado:
- () Não possui terras.

20. No início, a população de Assis se apresentou muito maior do que o número de habitantes de hoje. Ainda que o IBGE tenha apontado cerca de 112 mil habitantes em 1970, em quanto, aproximadamente, o entrevistado acredita ter sido os moradores de Assis em seu auge populacional?

21. Quais teriam sido os motivos da maioria da população inicial não ter conseguido permanecer em Assis?

22. Dos fatos abaixo, qual deles o entrevistado considera MAIS IMPORTANTE para que muitas pessoas não tivessem condições de permanecer no campo de Assis?

- () A mecanização (modernização da agricultura) e a eliminação de postos de trabalho.
- () O clima (geadas) que pode ter influenciado para a mudança de alguns cultivos.
- () A cultura e os costumes de muitos que não se adequaram às condições populacionais de Assis.
- () Outro _____

23. Os que não conseguiram permanecer no campo de Assis, para onde iam?

- () Para a zona urbana de Assis.
- () Para outras cidades.

24. Se todos, ou a maioria da população, fossem proprietários de terras, haveria maior condição de muitos terem permanecido em Assis?

- () Sim. () Não. Se precisar complementar sua resposta, escreva abaixo:

25. Os que migravam do campo para a cidade de Assis, encontravam condições de na cidade permanecer? Por quê?

26. No caso do entrevistado, o que o fez permanecer em Assis desde sua chegada até hoje?
